



ÁGUAS DA AZAMBUJA, S.A.  
**RELATÓRIO E CONTAS**  
**2014**

ÁGUAS DA  
AZAMBUJA





## SÍNTESE DE DADOS / INDICADORES

(em euros)

Síntese de Dados / Indicadores	2012	2013	2014
Capital Social	50.000	50.000	50.000
Capital Próprio	30.899	27.942	74.321
Ativo Líquido Total	7.253.792	7.580.238	7.352.028
Total Passivo	7.222.893	7.552.295	7.277.707
Volume de Negócios	2.731.146	2.830.945	2.694.521
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional) (1)	(57.478)	(4.493)	241.293
EBIT (Resultado Operacional)	(125.503)	(128.420)	97.517
Resultados Antes de Impostos	(487.059)	(566.738)	(258.441)
Resultado Líquido do Exercício	(484.633)	(565.739)	(257.365)

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	-1568,4%	-2024,7%	-346,3%
Rentabilidade do Ativo (%)	-6,7%	-7,5%	-3,5%
Autonomia Financeira (%)	0,4%	0,4%	1,0%

Nº de Colaboradores em 31 Dezembro	11	11	10
------------------------------------	----	----	----

Nº de Municípios Abastecidos	1	1	1
Área Geográfica Abrangida (Km2)	262	262	262
População Residente na Área Abrangida	21.814	21.814	21.814

### Abastecimento

Nº de Clientes	10.065	9.914	9.886
População Servida	21.159	21.378	21.378
Volume de Água Vendida (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	1.311	1.233	1.139

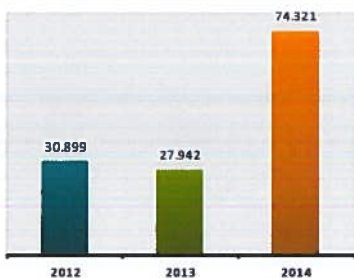
### Saneamento

Nº de Clientes	6.857	7.022	7.640
População Servida	15.052	15.881	16.852
Efluente Facturado (10 <sup>3</sup> m <sup>3</sup> )	660	673	685

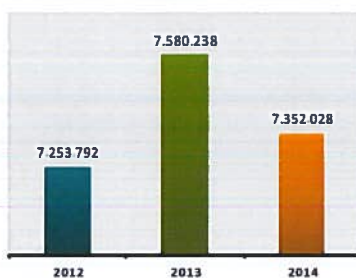
(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos  
- Imparidades e Reversões - Provisões



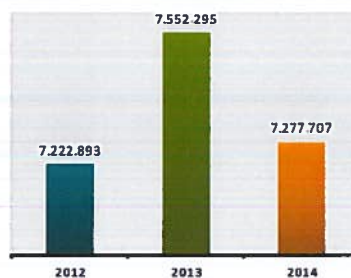
Capital Próprio



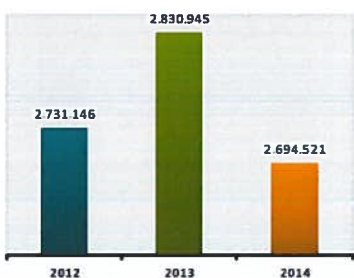
Ativo Líquido Total



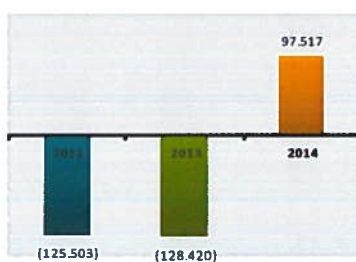
Total Passivo



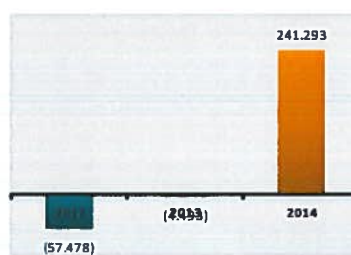
Volume de Negócios



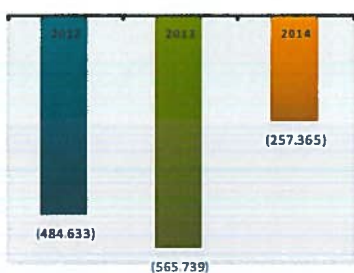
EBIT (Resultado Operacional)



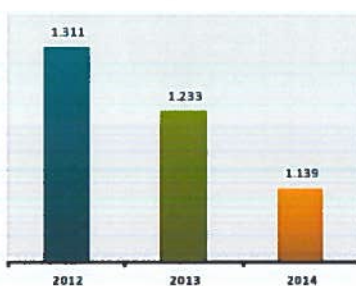
EBITDA Ajustado (Cash Flow Operacional)



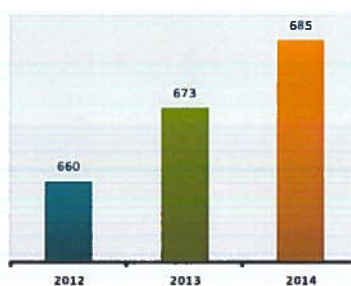
Resultado Líquido do Exercício



Volume de Água Vendida (x1000 m3)



Efluente Tratado (x1000 m3)



## APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### BREVE HISTORIAL

A sociedade AdAz - Águas da Azambuja, SA, foi constituída em 10 de Março de 2009 em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em Abril de 2007 para a Concessão da exploração e gestão conjunta dos serviços municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais no concelho.

Em 11 de Maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A.. O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), que se irá prolongar por 30 anos, teve início no dia 11 de Julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas de Azambuja.

Em Junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de Agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em Janeiro de 2012 e que culminou em Dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013 para a obtenção de Parecer. Apesar dos esclarecimentos prestados e do empenho do Município e da Concessionária continuamos a aguarda a emissão de um parecer final por parte da Entidade Reguladora com vista à sua aprovação nos órgãos autárquicos.

Os fascículos do Plano de Investimentos da Concessão encontram-se praticamente concluídos: da globalidade dos projetos apenas faltam executar 3 dos 11 projetos de abastecimento e 1 dos 18 projetos de drenagem de águas residuais. Os projetos já executados garantem a cobertura de serviço prevista, não sendo a mesma efetivada na globalidade dos aglomerados urbanos por atraso na conclusão do Plano de Investimentos da Aguas do Oeste no Município de Azambuja.

As obras em falta promovem a redundância na origem de água no principal sistema de abastecimento (eixo Alcoentre-Aveiras) e a ligação à rede de drenagem da zona industrial de Azambuja / Vila Nova da Rainha.



## MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2014, a Águas da Azambuja viu o seu mérito reconhecido (pelo segundo ano consecutivo) através da atribuição do Selo da Qualidade Exemplar da Água para consumo humano, pela entidade reguladora, ERSAR.

E também em 2014, a ERSAR atribuiu, pela primeira vez em Portugal, selos de Qualidade do Serviço de abastecimento público de água, que visam “premiar e divulgar casos portugueses de referência relativos à qualidade dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos, contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço prestado aos cidadãos”. A Águas da Azambuja foi uma das 17 entidades gestoras galardoada com a atribuição deste selo, no universo das 402 existentes.

Relativamente à eficiência operacional, a empresa tem vindo a reduzir as perdas de água de uma forma consistente. Em 2011 as perdas de água atingiam os 29%, enquanto que em 2014 as perdas foram de 23%.

Mas se, por um lado, a empresa apresenta uma boa performance operacional e excelente qualidade de serviço, por outro lado, a degradação económico-financeira é preocupante.

Desde finais de 2011 que a concessionária procura reequilibrar a concessão junto da Câmara Municipal de Azambuja e da ERSAR. E embora a ERSAR reconheça a “existência de motivos justificativos do reequilíbrio da concessão”, a verdade é que, apesar dos sucessivos esclarecimentos prestados, verificamos que o processo de revisão do Contrato de Concessão ainda não se encontra concluído.

Assim, a Águas da Azambuja fechou o exercício com 257 mil euros negativos e os resultados transitados já atingem os 1.564.361 euros negativos. Tal degradação dos resultados deve-se, principalmente, à disparidade dos aumentos tarifários verificados entre a Águas do Oeste e a Águas da Azambuja.

Esperamos que em 2015 o processo de reequilíbrio económico-financeiro da Concessão e de adaptação do contrato ao novo regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais e gestão dos resíduos urbanos (D.L. nº 194/2009), seja definitivamente concluído de modo a podermos perpetuar no futuro a sustentabilidade da Águas da Azambuja e o bom serviço prestado aos nossos clientes.

O Presidente do Conselho de Administração



Diogo Faria de Oliveira

## ESTRUTURA ACIONISTA

A Águas da Azambuja é uma Empresa com um capital de 50.000 euros, com a seguinte Estrutura Acionista:

Aquapor – Serviços, S.A.	74,98%
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	24,99%
Luságua – Serviços Ambientais, S.A	0,01%
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A	0,01%
Pragosa Ambiente, S.A	0,01%

## ÓRGÃOS SOCIAIS

### Mesa da Assembleia Geral:

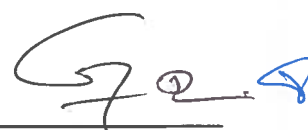
Sr. Gaspar Barbosa Borges – Presidente;  
Sr.ª Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira – Secretária.

### Conselho de Administração:

Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira – Presidente;  
Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho – Vogal;  
Dr. António José Martins de Sousa Lucas – Vogal.

### Órgão de Fiscalização:

Fiscal Único: Ernst & Young Audit & Associados – SROC,S.A.  
Suplente do Fiscal Único: Dr. Rui Abel Serra Martins



## OBJETO DA SOCIEDADE

### OBJETO

*A sociedade tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as Instalações, Infraestruturas e Equipamentos que compõem os sistemas concessionados, bem como de recolha, transporte e encaminhamento adequado de Águas Residuais provenientes de fossas particulares domésticas e industriais.*

(art. 3º dos Estatutos da Sociedade)

Com o apoio

# ÁGUAS DA AZAMBUJA



O objeto da Sociedade traduz-se na:

- (i) Exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha e rejeição de águas residuais do Município de Azambuja por um período de 30 anos;
- (ii) Execução das obras do Plano de Investimentos da Concessionária, tendo em vista a persecução dos objetivos de 98% de cobertura da população em abastecimento de água e de 95% de cobertura da população em drenagem de águas residuais.



## MISSÃO E POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

### MISSÃO

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

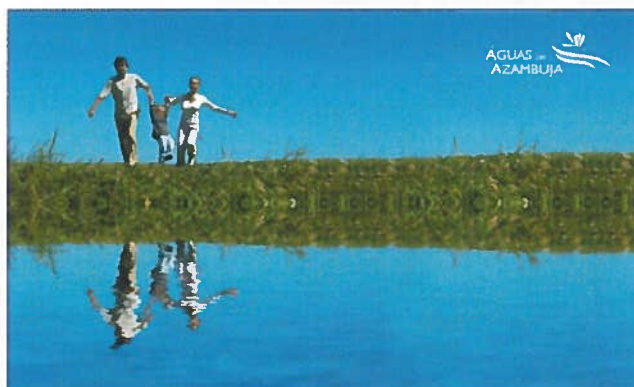
### VISÃO

Ser uma Concessão que se constitua como benchmark nacional na relação custo/eficiência do serviço num período de 3 a 5 anos.

### VALORES

A Águas da Azambuja pretende manter uma cultura própria através da assunção dos seguintes valores:

- Dinamismo e Profissionalismo;
- Espírito de Equipa;
- Criação de valor;
- Respeito pelo ambiente;
- Ética;



### OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

#### Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da empresa na comunidade.

#### Recursos Humanos:

- Otimizar a Formação dos colaboradores da empresa;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

#### Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Reduzir o número de afluência indevidas;
- Redução das perdas na rede de água.

#### Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes criando alternativas;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;

#### Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Otimizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura.



## SINTESE DE ATIVIDADE EM 2014

### ENVOLVENTE EXTERIOR

#### ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

##### Geral

O ano de 2014 ficou marcado por uma recuperação moderada do crescimento global, para o qual contribuiu a política monetária na área do euro, com sinais positivos extensíveis a todas as principais economias. A Zona Euro beneficiou da manutenção dos juros de referência em níveis baixos por um período de tempo prolongado. A Euribor a 3 meses manteve-se estável no período, terminado o ano em torno de 0,08%.

Em Dezembro, o **Conselho do Banco Central Europeu (BCE)** decidiu manter a taxa das operações principais de refinanciamento em 0,05% e as taxas das facilidades de depósito e de cedência de liquidez em -0,20% e 0,30% respetivamente.

Até Dezembro de 2014 a Euribor 3M desceu 0,21 p.p e a Euribor 6M desceu 0,22 p.p face a Dezembro de 2013.

A evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte, de acordo com a informação difundida pelo Banco de Portugal (valores no fim do período):

	2012	2013	2014
<b>Euribor 1M</b>	0,11%	0,22%	0,02%
<b>Euribor 3M</b>	0,19%	0,29%	0,08%
<b>Euribor 6M</b>	0,32%	0,39%	0,17%
<b>Euribor 12M</b>	0,54%	0,56%	0,33%

Fonte: Banco de Portugal (valores de fim de período)

Ao longo de 2014 o **preço internacional do petróleo** manteve a tendência de queda acentuada tendo registado uma redução de 39% face ao ano anterior, fixando-se nos 59,75 dólares/barril, consequência de políticas de eficiência energética e aumento significativo da produção por parte de países fora da OPEP (Estados Unidos e Canadá).

O **preço do gasóleo rodoviário** registou uma redução de cerca de 18% face a 2013, terminado o ano em 0,59 euros/litro.

## Portugal

O ano de 2014 reflete a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos enquadrado pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF).

No terceiro trimestre de 2014, o PIB aumenta 1,1% em volume, face a 2013. O contributo positivo da procura interna foi de 1,9 p.p, refletindo sobretudo a evolução do investimento e do consumo privado, o qual superou o contributo negativo de -0,9 p.p, da procura externa líquida.

O consumo privado registou uma subida de 2,7% e o consumo público registou uma quebra de 0,1%, consequência de uma recuperação continuada da confiança dos consumidores em 2014 superior à média dos últimos anos.

Em 2014, o **Índice de Preços no Consumidor (IPC)** registou uma variação média anual de -0,3%, -0,6 p.p do que em 2013.

A taxa de variação média anual do **Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)** situou-se em -0,2%, -0,6 p.p do que em 2013.

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e do INE:

	Taxa de Variação Anual		
	2012	2013	2014
PIB	(3,2%)	(1,4%)	0,9%
IPC*	2,8%	0,3%	(0,3%)
IHPC	2,8%	0,4%	(0,2%)
Desemprego	15,7%	16,2%	13,9%
Consumo Privado	(5,3%)	(1,4%)	2,1%
Consumo Público*	(4,7%)	(1,9%)	(0,1%)
Exportações *	3,2%	6,4%	2,9%
Importações *	(6,6%)	3,6%	5,3%

Fonte: Banco de Portugal e INE

\* Dados 3 Trimestre de 2014

A taxa média de **desemprego** em 2014 ascendeu a 13,9%, menos 2,3 p.p do que no período homólogo.

Relativamente ao **comércio internacional**, e de acordo com a informação divulgada pelo INE, verifica-se uma desaceleração das exportações e um crescimento das importações em relação ao ano anterior. Em Novembro as exportações registaram um crescimento real de 2,9% (6,4% em 2013) e as importações de 5,3% (3,6% em 2013).



A evolução das tarifas de **energia elétrica** de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2012	2013	2014
Média Tensão	144	149	155
Baixa Tensão Especial	156	162	169
Baixa Tensão Normal	134	138	142

Fonte: ERSE. Em 2013 todos os preços apresentados correspondem a tarifas transitórias

As atuais projeções macroeconómicas apontam para uma gradual recuperação da economia portuguesa nos próximos anos, ligeiramente acima do crescimento esperado para a área do Euro. A dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital.

Este potencial de crescimento previsto para a economia portuguesa é relativamente limitado. De facto, a desalavancagem dos sectores públicos e privado, os desenvolvimentos demográficos, os limitados níveis de capital produtivo por trabalhador e o baixo dinamismo previsto para os principais parceiros comerciais continuaram a condicionar o potencial de crescimento da economia portuguesa no futuro.

## ENQUADRAMENTO DO SETOR 2014

O problema da acessibilidade do serviço continua a marcar a agenda mundial, constituindo especial preocupação das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e ONGs.

De acordo com a ONU e a OMS, na Europa, a fraca qualidade da água é apontada como a causa de 13.000 mortes/ano por diarreia entre crianças dos 0-14 anos (5,3% de todas as mortes daquele grupo etário). E 19 milhões de pessoas ainda não têm acesso a água com condições para consumo humano e 64 milhões não dispõem de acesso a infraestruturas de saneamento de águas residuais.

### Portugal – Enquadramento legislativo

Durante o segundo semestre de 2013 e todo o ano de 2014, o Governo Português publicou um conjunto de diplomas e planos estratégicos que se constituem como o enquadramento legal e institucional para uma mudança que já peca por não ter acontecido há longos anos: a reestruturação de um setor com fortes desequilíbrios económico-financeiros.

Efetivamente, durante 2013 foram aprovados e publicados dois importantes diplomas: a Lei nº 35/2013, de 11 de Junho, que altera a chamada **Lei de Delimitação de Sectores**, e um mês depois, o Decreto-Lei nº 92/2013, que procede à revisão do decreto-lei 379/93, ou, dito de outra forma, revoga o 379/93 e cria o novo regime jurídico de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais.

Nestes dois diplomas, pode ler-se na exposição dos motivos que, a linha de atuação projetada pelo Governo assenta:

- na promoção do equilíbrio tarifário,
- na resolução dos défices tarifários,
- na implementação de estratégias de integração vertical dos sistemas municipais,
- e na agregação dos sistemas multimunicipais existentes em sistemas novos de maior dimensão.

Concretamente na alteração da Lei de Delimitação de Sectores, o Governo considerou que o regime jurídico era especialmente limitativo no acesso da iniciativa privada à gestão de sistemas multimunicipais, e assim, a estratégia definida de maior abertura do subsector da água aos privados concretiza-se através da possibilidade das atuais concessionárias dos sistemas multimunicipais poderem subconcessionar tais atividades a privados.

Mas o Estado mantém a natureza pública dos sistemas multimunicipais, bem como os poderes de direção, autorização, aprovação, fiscalização e suspensão dos respetivos atos.

Já em 2014, foram publicados os novos **Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos**, através da Lei nº 10/2014, de 6 de Março. A ERSAR passou a ser uma entidade administrativa independente, com funções de regulação e de supervisão, dotada de autonomia de gestão e que tem por missão a regulação e a supervisão dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos. Realce-se pela positiva que a ERSAR é a partir de agora independente, não se encontrando sujeita a superintendência ou tutela governamental.

Foram também publicados a Lei nº 12/2014, de 6 de Março, que procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 194/2009, e o Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, ambos conhecidos como “**Lei da Fatura Detalhada**”.

Ainda durante o ano de 2014 o Governo elaborou o **Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR 2020)**, mas que, à presente data, ainda não foi aprovado.

Relativamente à **área dos resíduos**, este ano de 2014 foi talvez o mais rico em mudanças da última década. Efetivamente, as profundas alterações legislativas, (foram publicados 37 diplomas legais e regulamentares), o PERSU 2020, a privatização da EGF, a alteração do Estatuto do Regulador, a criação dos Regulamentos Tarifários e também o Compromisso para o Crescimento Verde e a Fiscalidade Verde, constituem uma verdadeira reforma do setor dos resíduos. Note-se que, à data de elaboração deste relatório de gestão, o processo de privatização da EGF ainda não está concluído.

#### **Portugal - Atividade do Setor 2014**

O universo das entidades gestoras em Portugal é de 385, com 274 entidades com atividade de abastecimento público de água, 283 entidades com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 281 entidades com atividade de gestão de resíduos urbanos.



De acordo com a ERSAR (RASARP 2013) a **acessibilidade do serviço** de abastecimento de água em baixa é boa para o território continental. Quanto ao saneamento, é boa nas áreas predominantemente urbanas e mediana nas áreas predominantemente rurais e mediamente urbanas:

Abastecimento de água em Portugal continental Serviço em baixa (para 91% das entidades)	
Alojamentos existentes	5 362 804
Alojamentos com serviço efetivo	4 380 863
Alojamentos com serviço disponível não efetivo	725 891
Acessibilidade física do serviço	95%
Área predominantemente urbana	99%
Área mediamente urbana	94%
Área predominantemente rural	91%

Saneamento de águas residuais em Portugal continental Serviço em baixa (para 86% das entidades)	
Alojamentos existentes	4 654 290
Alojamentos com serviço efetivo	3 286 387
Alojamentos com serviço disponível não efetivo	487 143
Acessibilidade física do serviço	81%
Área predominantemente urbana	96%
Área mediamente urbana	78%
Área predominantemente rural	69%

Quanto às **perdas de água**, a média continental de água não faturada era de 30,7% (RASARP 2013), sendo a média da AQUAPOR de 20,4% para o mesmo ano e de 19,3% em 2014.

Uma nota final para o **consumo**, que vem decrescendo consistentemente desde 2007. A tendência é generalizada para todo o País e prende-se com vários fatores conjugados, nomeadamente:

**Fatores Conjunturais:**

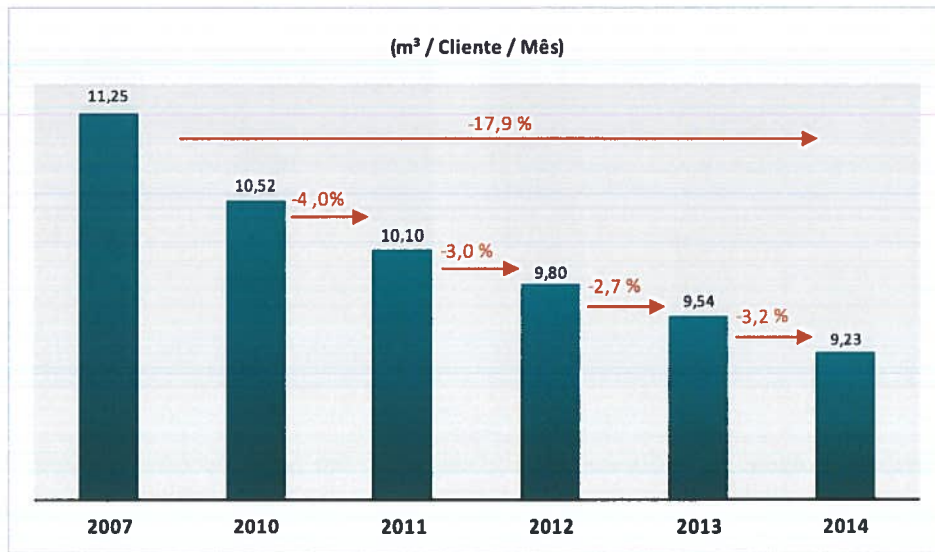
- Crise económica e social;
- Emigração;
- Desemprego.

**Fatores Estruturais:**

- Redução demográfica;
- Envelhecimento da população;
- Consciência ambiental;
- Alterações climáticas;
- Aumentos de tarifas;
- Inovações tecnológicas;
- Eficiência das redes públicas e prediais.



No caso concreto da AQUAPOR, para o universo de 14 municípios, essa redução foi de 3,2% em 2014, totalizando menos 17,9% desde 2007:



## ENQUADRAMENTO LOCAL

A Águas da Azambuja é Concessionária por um período de 30 anos, em regime de exclusividade de um sistema Municipal do Município de Azambuja que abrange uma área geográfica de 262 Km<sup>2</sup>. Residem na área abrangida 21.814 habitantes<sup>1</sup>, estando presentes no Município cerca de 97% dessa população. Dos resultados dos CENSOS de 2011 destacam-se ainda o número de 8.197 famílias e 11.937 alojamentos clássicos, indicadores essenciais para compreender os indicadores relativos à disponibilidade do serviço e à sua efetiva adesão.

É uma Concessão Municipal, operando em baixa, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 194/2009 de 20 de Agosto. Os serviços de fornecimento de Água e o Tratamento das Águas Residuais em alta são assegurados pela empresa Águas do Oeste S.A. concessionária do Sistema Multimunicipal da região do Oeste.

A atividade económica do Concelho da Azambuja assenta fundamentalmente em agricultura e florestas integradas em fileira de produção e mais recentemente serviços de transportes e logística. Verifica-se uma especialização do Concelho na área da logística, desde a logística mais banal à logística de elevada rentabilidade e de maior especialização. Atualmente a componente comercial e industrial representa um peso de 21% no volume de água vendida.

O Concelho da Azambuja encontra-se por tal integrado num quadro de uma região metropolitana alargada, pelo que se situa no centro de uma área que concentra parte significativa da produção nacional e da população residente no país. Este quadro favorável e de proximidade permitiram a consolidação dos sectores industrial, da logística e dos transportes e no desenvolvimento do sector

<sup>1</sup> INE – Resultados CENSOS 2011.



agro-florestal, com a criação de atividades a ele relacionadas, designadamente com atividades complementares, de cariz cultural e turístico.

Os resultados dos Censos de 2011 indicam para o Concelho da Azambuja um crescimento populacional na ordem dos 3% na década 2001-2011 e um aumento significativo do número de alojamentos disponíveis que se traduzem em mais 17% de oferta quando comparado com o ano de 2001.

A distribuição espacial da população no território concelhio apresenta um padrão de concentração em pequenos aglomerados dispersos um pouco por todo o território, bipolarizado por dois núcleos mais relevantes, - Azambuja e Aveiras de Cima - e apoiado noutros núcleos com alguma dimensão à escala do Concelho, designadamente Alcoentre, Manique do Intendente, Vale do Paraíso e Vila Nova da Rainha.

Em termos de dinâmica demográfica das freguesias, a evolução recente tem sido caracterizada pelo acentuar das assimetrias intra-concelhias, as quais se têm apoiado em dois mecanismos distintos mas complementares nesse processo: concentração dos ganhos populacionais nas freguesias de Aveiras de Cima e Azambuja, melhor servidas por acessibilidades rodoviárias e com maior dinamismo económico; perdas demográficas nas freguesias mais afastadas dos eixos viários estruturantes, mais rurais, designadamente Manique do Intendente e Vale Paraíso. <sup>2</sup>

A atividade de Águas da Azambuja é regulada por:

- Contrato de concessão de exploração e gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de águas e de recolha e rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja, estabelecido com o Município de Azambuja em 11 de Maio de 2009, com a duração de 30 anos.
- Regulamentos Municipais do Abastecimento de Água e de Águas Residuais do Concelho de Azambuja que estabelecem e definem as regras e condições a que devem obedecer os sistemas de distribuição pública e predial na área de intervenção da Águas da Azambuja. Estes regulamentos pretendem dar resposta ao estabelecido no contrato de concessão em termos de definição das relações contratuais entre a empresa e os utentes.
- Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos – ERSAR;
- Legislação geral do sector.

Anualmente, no mês de Março, a Águas da Azambuja apresenta ao Município o Relatório Anual de Atividade da Concessionária relativo ao ano transato. Durante o mês de Setembro de 2014 foi submetido do Plano de Controlo da Qualidade da Água para o ano de 2014, aprovado posteriormente



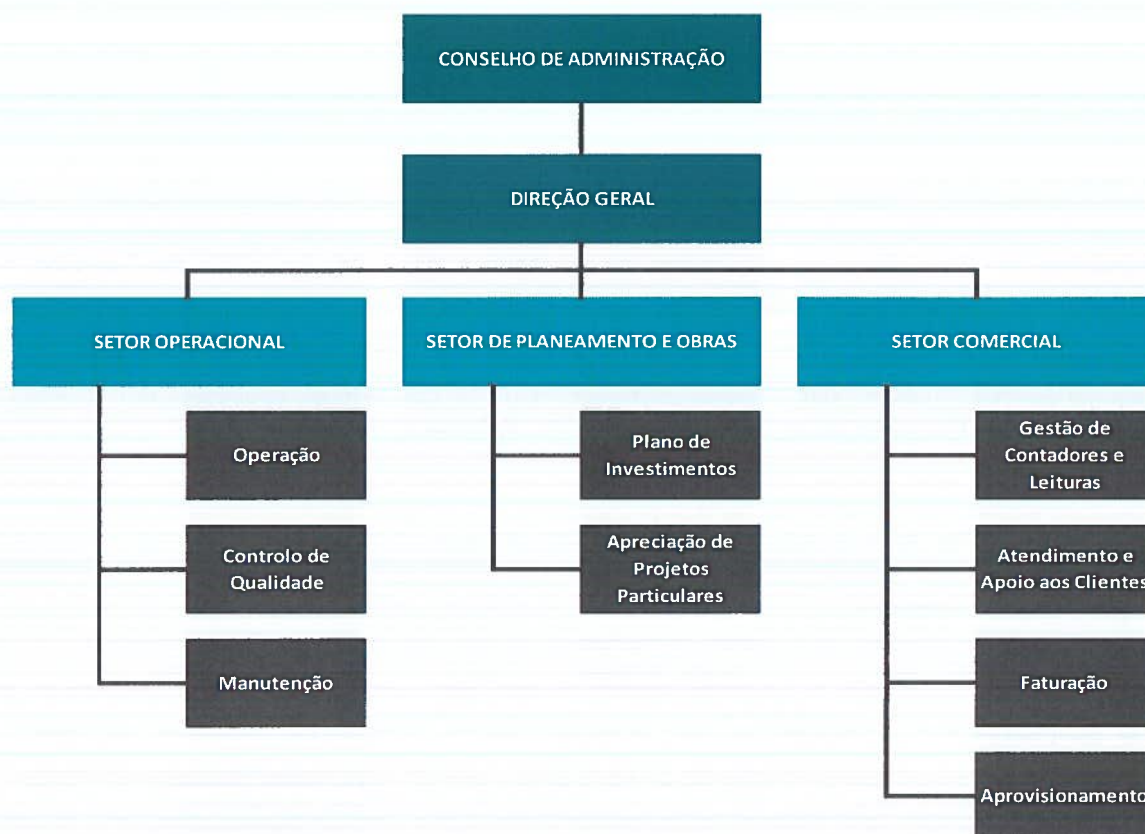
<sup>2</sup> Revisão do Plano Diretor Municipal da Azambuja - Avaliação Ambiental Estratégica, Abril de 2010, Elaborado por Traço e Ambiente, Lda. atualizado com base nos resultados dos CENSOS 2011

pela Entidade Reguladora. O Plano aprovado para o ano de 2014 foi cumprido na íntegra. Complementarmente a esta informação, a Concessionária apresenta ao Município um relatório semestral em Setembro.

Apesar da estabilização da minuta de Aditamento ao Contrato de Concessão pelas partes em Dezembro 2012 e do seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013, continua por concluir a obrigatória adaptação do Contrato de Concessão ao Decreto-lei 194/2009. Ao longo deste período foram apresentados vários esclarecimentos à Entidade Reguladora com vista à emissão de um parecer final e consequente aprovação pelos diferentes órgãos autárquicos. Continuamos por isso a aguardar a aprovação por parte do Município da revisão do Contrato de Concessão e a constituição da Comissão de Acompanhamento da Concessão.

## ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Organograma



## Competências

### Administração

- Representar a empresa;
- Definir a estratégia, objetivos, linhas de atuação e políticas da Concessionária;
- Aprovar o Plano de Atividades, Plano de Investimentos e Orçamento e Relatório de Contas da Concessionária;
- Supervisionar a atividade da Concessionária.

### Direção Geral:

- Dirigir a concessão em conformidade com as diretrizes emanadas da Administração;
- Supervisionar e estabelecer as linhas de atuação dos Sectores Comercial, Operacional e de Planeamento e Obras;
- Representar a Concessionária perante o Município de Azambuja;
- Elaborar o orçamento anual da empresa;
- Verificar o cumprimento do Programa anual de gestão da empresa;
- Informar sobre a gestão da empresa.
- Controlar a qualidade da água para consumo humano, garantindo a fiabilidade e qualidade do sistema;
- Manter relações com a ERSAR, Organismos Sanitários e Laboratórios;
- Dar cumprimento à legislação de controlo de qualidade em vigor para o sector;
- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

### Setor Operacional:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direcção-Geral, as linhas de atuação das áreas de controlo de qualidade, exploração e manutenção;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Operacional;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Operacional.
- Supervisionar o correto funcionamento dos equipamentos;
- Apoiar as ações de manutenção programada e de reparação de avarias;
- Gerir todas as estações elevatórias, reservatórios, condutas adutoras e distribuidoras;
- Realizar a limpeza de reservatórios e adutoras;
- Atender os avisos de ruturas e localizá-las, determinando as operações necessárias para a sua reparação;
- Executar os ramais domiciliários. Colocar, substituir e retirar contadores de água;



*[Handwritten signature]*

- Analisar o rendimento das redes de distribuição de água e tomar medidas corretivas.

#### Setor Comercial:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação do Sector Comercial;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector Comercial;
- Obter os meios necessários para o cumprimento dos objetivos;
- Gerir os meios materiais e de pessoal do Sector Comercial;
- Atender a linha telefónica;
- Rececionar a correspondência e proceder à sua entrega a cada destinatário;
- Dar resposta à correspondência de acordo com as orientações emanadas do destinatário;
- Efetuar e manter atualizado o arquivo de documentos;
- Organizar as folhas de ponto e demais documentos justificativos de faltas ou trabalho extra de cada funcionário;
- Organizar os mapas de formação profissional em função das necessidades;
- Efetuar os pedidos de compra de materiais;
- Gerir as entradas e saídas das peças existentes no armazém;
- Controlar a documentação do parque automóvel.
- Atender os pedidos e sugestões dos Clientes;
- Estudar, analisar e elaborar as respostas às reclamações dos clientes;
- Realizar contratos de fornecimento de água;
- Controlar as leituras e consumos dos clientes e proceder à emissão das respetivas faturas, de acordo com o tarifário em vigor;
- Gerir o controlo de cobranças e proceder à emissão de cartas-aviso de dívida;
- Receber os pagamentos dos clientes efetuados em dinheiro, cheque ou vale postal. Controlar os recebimentos por Agentes de Cobrança, Multibanco, *Payshop* e Transferência bancária.



#### Setor de Planeamento e Obras:

- Supervisionar e estabelecer, em conformidade com as diretrizes emanadas da Direção-Geral, as linhas de atuação do Sector de Planeamento e Obras;
- Estabelecer os objetivos, planos gerais e orçamentos do Sector de Planeamento e Obras;
- Apreciar projetos;
- Acompanhar a execução de obras a decorrer;
- Prestar informações técnicas a Clientes e CMA;
- Planear obras;



- Coordenar e fiscalizar as obras afetas ao Plano de Investimentos;
- Validar e aprovar Projetos de Execução para lançamento de obras.

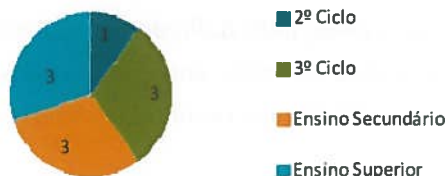
### Recursos Humanos

A empresa tem ao seu serviço 10 colaboradores distribuídos, em termos de vínculo contratual, da seguinte forma:

Tipo Contrato	2012	2013	2014
Contrato sem Termo	6	6	8
Contrato Termo Certo	5	5	2
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>10</b>

A distribuição dos colaboradores por níveis de habilitações era, no final de 2014, a seguinte:

Nível Habilitações	Homens	Mulheres	Total
2º Ciclo	1	0	1
3º Ciclo	3	0	3
Ensino Secundário	1	2	3
Ensino Superior	2	1	3
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>



A distribuição dos Recursos Humanos existentes por qualificação profissional foi a seguinte:

Nível Qualificação	Homens	Mulheres	Total
Dirigentes	1	0	1
Quadros Superiores	1	0	1
Quadros Intermédios	1	0	1
Profissionais Qualificados	4	3	7
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>



Quanto ao nível de antiguidade verificou-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Antiguidade	Homens	Mulheres	Total
0 a 5 anos	1	2	3
10 a 15 anos	5	1	6
> 15 anos	1	0	1
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

*(Assinatura manuscrita)*

O nível etário médio é de 41 anos, verificando-se a seguinte distribuição dos colaboradores:

Nível Etário	Homens	Mulheres	Total
25 a 29 anos	0	0	0
30 a 34 anos	1	1	2
35 a 39 anos	2	1	3
40 a 44 anos	0	1	1
45 a 49 anos	2	0	2
50 a 54 anos	2	0	2
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>10</b>

### Regras Societárias

A empresa rege-se pelo definido no seu pacto social. A Assembleia reúne obrigatoriamente nos três primeiros meses de cada ano, nos termos do disposto no artigo 366º do Código das Sociedades Comerciais e sempre que requerida por um ou mais acionistas com capacidade para o fazerem.

A gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três membros, e que reúne, no mínimo, uma vez em cada trimestre. A gestão corrente da sociedade é realizada pelo Diretor Geral por delegação de competências no âmbito do mandato conferido pelo Conselho de Administração.

As regras definidas pelos acionistas, através de regulamentos e comunicações internas, estabelecem os princípios, regras e condutas a adotar no desenvolvimento da atividade da empresa, em particular do controlo orçamental, regras contabilísticas, pessoal e limite de competências para a aprovação de compras e realização de investimentos.



## PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS EM 2014

### Factos Relevantes

O ano de 2014 foi centralizado na otimização operacional do sistema e na eficiência dos processos comerciais. Manteve-se um relacionamento profícuo com a Concedente e outras entidades envolvidas, garantindo assim um enquadramento favorável, necessário ao bom desempenho da empresa do ponto de vista operacional e comercial, contrariando assim os aspetos exteriores negativos.

Em termos globais verificou-se uma tendência de redução na compra de água em alta face a 2013 em 109 693 m<sup>3</sup>, resultando numa aquisição total de 1 488 298 m<sup>3</sup> atingindo o valor mais baixo desde o início da Concessão.

Relativamente a água não faturada, foi possível corrigir e inverter a tendência de crescimento que se verificou em 2011 e no primeiro semestre de 2012, obtendo um nível de perda global de 22,73%, com uma redução absoluta do volume perdido face a 2012 de 9%.

Para este efeito positivo contribui em larga medida a continuação das medidas de monitorização de redes, a conclusão de praticamente da totalidade das obras do Plano de Investimentos, com a consequente diminuição do número de roturas provocadas, a renovação do parque de contadores, com uma idade média inferior a quatro anos e a análise sistemática de consumos. Ao nível comercial intensificaram-se as ações de fiscalização, a penalização de consumos fraudulentos e o ajustamento das datas de faturação e cobrança que permite aos clientes prever com maior proximidade o valor da sua fatura e garante uma especialização de consumos quase real.

Não será alheio a este melhor desempenho da rede de abastecimento de água, o melhor conhecimento cadastral do sistema materializado na constante atualização da informação referenciada em cadastro.

A empresa continuou a sua política de renovação de contadores, adequando assim a idade e as condições de funcionamento do parque de contadores instalado, quer nos pequenos contadores domésticos, quer nos grandes consumidores com soluções tecnológicas distintas.

Do ponto de vista comercial procurámos melhorar o desempenho da empresa no principal veículo de relacionamento com os utilizadores: a fatura e o atendimento presencial na loja. Neste aspeto salienta-se a redução do número de reclamações e a melhoria dos tempos de resposta a reclamações. Nesta área temos que agradecer o constante apoio dos órgãos institucionais de proximidade às populações o município e as juntas de freguesia que sempre procuraram encontrar as melhores soluções.

Melhorámos igualmente a eficácia do controlo de cobranças, com melhoria da aplicação das condições regulamentares e contratuais por via de uma maior eficiência nos cortes e controlo dos clientes suspensos, mas também na criação de condições propícias ao pagamento dos valores em dívida. Esta política permite, apesar da conjuntura externa muito penalizadora, assegurar a manutenção dos níveis de dívida praticamente constante.



Apesar das condições restritivas internas, procurámos durante o ano de 2013 manter o envolvimento junto da comunidade, participando nas principais atividades festivas do concelho, de onde se destaca a Avinhos e a Feira das Tasquinhas de Manique.

Integrada em grupos de trabalho promovidos pela AQUAPOR em articulação com a Entidade Reguladora e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Águas da Azambuja está a desenvolver as ferramentas operacionais associadas à Gestão Patrimonial de Infraestruturas e ao Plano de Segurança da Água e Gestão de Caudais Indevidos, acompanhando assim a evolução das melhores práticas do setor.

## DESEMPENHO DO SISTEMA

### Exploração do Sistema

Os Sistemas de Abastecimento e de Saneamento têm sido geridos de forma manifestamente satisfatória o que se traduz no número diminuto de reclamações, quer diretamente dos Utilizadores, quer através da Concedente como entidade fiscalizadora do cumprimento do Contrato de Concessão.

Em termos de qualidade da água distribuída, realça-se o integral cumprimento do número de análises e parâmetros previstos no Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) aprovado pela ERSAR. No âmbito do PCQA e para as 1 026 análises realizadas na rede de distribuição, registou-se apenas um incumprimento ao longo de 2014.

De realçar a constante colaboração da Delegação Regional de Saúde no acompanhamento destes sistemas, o que tem permitido concertar estratégias no âmbito da qualidade da água através da articulação de todas as entidades intervenientes.

Em resultado do esforço e das medidas operacionais implementadas a empresa foi distinguida - entre 17 entidades nacionais -, com o selo de qualidade Abastecimento público de água resultado do serviço prestada e do interface com o utilizador.



Em termos de rendimento do sistema de abastecimento, refere-se novamente o resultado das medidas implementadas durante o ano de 2014 para a redução do volume de água perdida que permitiu melhorar o desempenho do sistema, obtendo uma melhor eficiência do Sistema.

Volume de Água (m3)	2012	2013	2014	Variação (%)
Água Aduzida	1.756.388	1.597.991	1.488.298	-7%
Água Vendida	1.313.594	1.232.886	1.149.999	-7%
% Água não Vendida	25%	23%	23%	(0,1 p.p.)



Em 2014, face a 2013, registou-se uma compra de água inferior em 109 693 m<sup>3</sup>, reduzindo o valor absoluto de perda de 365 105 m<sup>3</sup> em 2013 para 338 299 m<sup>3</sup> em 2014, uma redução de 7,34%.

## Plano de Investimentos / Novas Infraestruturas

Durante o ano de 2014 não entrou nenhum sistema em alta em funcionamento, encontrando-se pendentes de ligação redes de drenagem em baixa que já se encontram concluídas e prontas para entrar em exploração, nomeadamente Tagarro, Espinheira, Casais das Boiças, Arrifana, Casais de Alem e Torre Penalva. Em termos de realização do Plano de Investimentos no ano de 2014 foram concluídas os trabalhos referentes à empreitada de recuperação das Estações Elevatórias de Vale do Brejo iniciadas pelo Município com conclusão parcial por parte de Águas da Azambuja. No quadro seguinte é feito um resumo das obras previstas no Plano de Investimentos inicial da Águas da Azambuja.

Plano de Investimentos	2011		2012		2013		2014	
	% Execução	Situação	% Execução	Situação	% Execução	Situação	% Execução	Situação
Projectos						(1)		(1)
FA01						(2)		(2)
FA02	100%	concluído		concluído	100%	concluído	100%	concluído
FA03		concluído	100%	concluído	100%	concluído	100%	concluído
FA04					8%	(3)	8%	(3)
FA05		concluído		concluído		concluído		concluído
FA06		concluído		concluído		concluído		concluído
FA07			100%	concluído		concluído		concluído
FA08		concluído		concluído		concluído		concluído
FA09		concluído		concluído		concluído		concluído
FA10		concluído		concluído		concluído		concluído
FA11						(4)		(4)
FB01	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB02	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB03		concluído		concluído		concluído		concluído
FB04	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB05	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB06			98%	em curso	2%	concluído		concluído
FB07		concluído		concluído		concluído		concluído
FB08	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB09	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB11			100%	concluído		concluído		concluído
FB12			100%	concluído		concluído		concluído
FB13			100%	concluído		concluído		concluído
FB14	100%	concluído		concluído		concluído		concluído
FB15			98%	em curso	2%	concluído		concluído
FB16			100%	concluído		concluído		concluído
FB18		concluído		concluído		concluído		concluído
FB18 2ª Fase						(5)		(5)
FARs		concluído		concluído		concluído		concluído
1ª Aditamento FARs		concluído		concluído		concluído		concluído
Rede Agua Maçussa			100%	concluído		concluído		concluído
Rede Agua Vale do brejo			100%	concluído		concluído		concluído
Estações Elevatórias Vale do Brejo					80%	em curso	20%	concluído
Telegestão			50%	em curso	100%	em ensaios	100%	em ensaios

- (1) Projeto FA01 e FA11: aguarda definição final do ponto de entrega EPAL / ADO
- (2) Depende da definição do Sistema em alta por A.D.O. (Casais da Areia)
- (3) Pendente de Autorização da D.G.F. até Abril
- (4) Dependente da definição do ponto de entrega EPAL / ADO
- (5) Dependente da Ligação de Casais de Baixo por A.D.O.

## Manutenção do Sistema

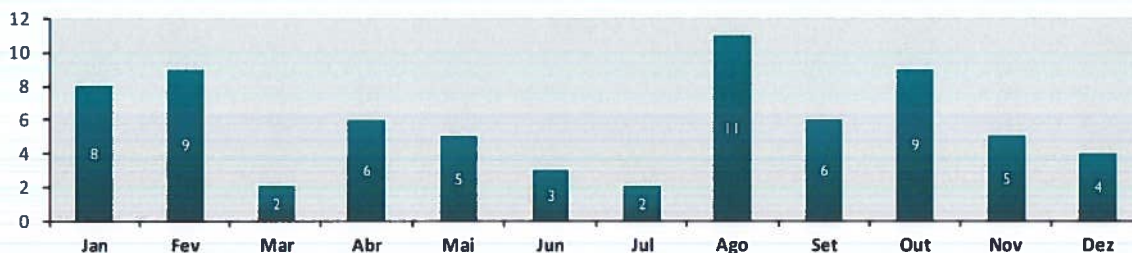
As principais atividades de manutenção preventiva e curativa dos sistemas de abastecimento e saneamento foram asseguradas através de contrato de prestação de serviços com entidades externas:

- Luságua – Serviços Ambientais S.A.: manutenção dos sistemas eletromecânicos;
- Pragosa Ambiente, S.A.: despejo de fossas e a limpeza/desobstrução de coletores;
- MPC – Mário Pereira Cartaxo, S.A / MLI Construções: manutenção da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais.

Em termos de manutenção corretiva no sistema de abastecimento de água é de destacar a redução da ocorrência de roturas na rede pública de abastecimento de água e em ramais que passou das 105 intervenções em 2013 para 70 resultando numa melhoria da qualidade do serviço prestado ao cliente.

2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
nº de roturas na rede	8	9	2	6	5	3	2	11	6	9	5	4	70

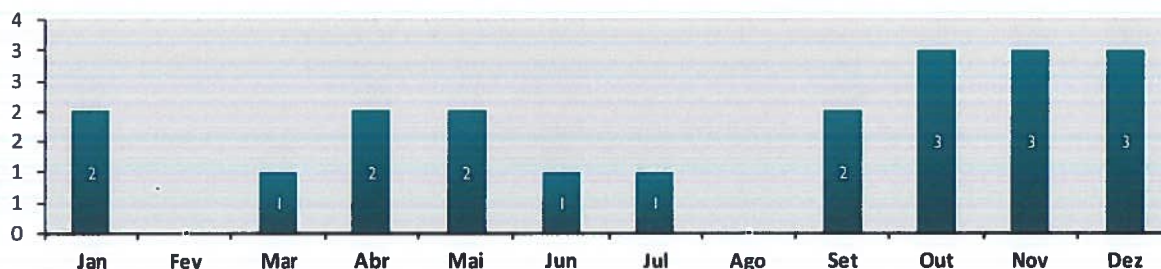
Roturas durante o ano de 2014



Relativamente à rede de saneamento, verificaram-se 20 obstruções em coletores tendo atingido o valor máximo de três intervenções nos meses do último trimestre do ano resultante da atividade sazonal associada ao período de precipitação elevada.

2014	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
nº de obstruções na rede	2	0	1	2	2	1	1	0	2	3	3	3	20

Obstruções durante o ano de 2014



Relativamente à limpeza de fossas foram asseguradas 269 limpezas de fossas sépticas, registando-se uma redução face a 2013 de 3,2%, quer por via da maior cobertura do serviço, quer pelas características do ano hidrológico, quer pela redução do nº de clientes.

### Sistema de Controlo de Qualidade

Foi integralmente cumprido o programa de controlo analítico da Qualidade da Água (decreto-lei n.º234/2001). Foram efetuadas 1026 determinações analíticas distribuídas pelo conjunto de parâmetros de Controlo de Rotina I, Controlo de Rotina II e Controlo de Inspeção, tendo sido identificada uma determinação não conforme com origem no sistema em alta.

### Imagem e comunicação

Em 2014 a Empresa continuou a otimização do sítio na internet permitindo acesso a novos serviços on-line, disponibilizando aos clientes informações gerais garantindo uma maior flexibilidade na divulgação de informação aproximando cada vez mais a empresa dos clientes. Foram efectuadas campanhas de divulgação e esclarecimentos a clientes nomeadamente na interpretação da fatura mensal e sobre o desempenho da concessionária culminando com a apresentação dos prémios atribuídos pela entidade reguladora ERSAR.

### Área Comercial

Em 2014 a Empresa diminuiu o número de clientes de abastecimento em 28, devido fundamentalmente à situação socioeconómica do país, à diminuição do efetivo das comunidades migrantes residentes em Azambuja e aos fenómenos de imigração/emigração. A este facto não será alheio o aumento do peso relativos dos serviços conexos ao serviço de abastecimento de água, cuja faturação é efetuada na fatura da Águas da Azambuja, e a maior eficiência dos procedimentos de controlo de cobranças. O gráfico seguinte resume a evolução do número de clientes.

A Empresa aumentou o número de clientes de saneamento em 565 novos contratos. Este aumento do número de contratos teve a ver fundamentalmente com o aumento da cobertura da rede de saneamento e com o melhor conhecimento do cadastro da rede de saneamento. No final do ano de 2014, a empresa tinha um total de 9 886 clientes de abastecimento, dos quais 7 587 (exclui suspensos) com serviço de saneamento. A Águas da Azambuja vai continuar a desenvolver ações de fiscalização no sentido de identificar, detetar e anular utilizações abusivas e consumos de origens próprias ilegais.



Durante o exercício de 2014 foram executados 20 ramais de água e 6 de saneamento (fora do Plano de Investimentos).

A Águas da Azambuja celebrou 75 contratos novos de fornecimento de água associados em grande parte ao mercado de aluguer de habitação durante o ano 2013, com a seguinte distribuição mensal:

### **Baixas de Fornecimento**

No decurso do ano 2014, a Águas da Azambuja registou 441 rescisões de contrato de fornecimento, resultando relativamente ao movimento de contratos numa redução de 28 contratos.

### **Suspensões de fornecimento**

Relativamente ao controlo de cobranças, resultaram, em 2014, 800 suspensões no fornecimento.

### **Campanha de Substituição de Contadores Antigos**

Relativamente a atividade de contadores refere-se uma idade média do parque de contadores de 4 anos permitindo assim em 2014 uma normal atividade de substituição, perfazendo um total de 311 contadores.

Em termos de faturação, a empresa atingiu um volume de vendas de 2 694 521 Euros.

*(em euros)*

Vendas e Prestações de Serviços	2012	2013	2014
Venda de Água	1.577.107	1.601.966	1.457.900
Tarifa de Disponibilidade	632.768	678.403	694.447
<b>Total Vendas + Tarifa</b>	<b>2.209.875</b>	<b>2.280.369</b>	<b>2.152.347</b>
Tarifa de Utilização de Saneamento	380.881	432.057	428.199
Ramaís Domiciliários (Água)	17.778	10.220	8.550
Ramaís Domiciliários (Saneamento)	15.854	15.234	2.364
Outros Serviços	106.758	93.065	103.060
<b>Total das Prestações de Serviços</b>	<b>521.271</b>	<b>550.576</b>	<b>542.174</b>
<b>Total de Volume de Negócios</b>	<b>2.731.146</b>	<b>2.830.945</b>	<b>2.694.521</b>

Venda Água - Classe de Consumo	Volume Vendido (m <sup>3</sup> )	Peso no Total (% m <sup>3</sup> )	Vendas (€)	Peso s/Total	Tarifa de Disponibilidade (€)	Peso s/Total	Tarifa Média (€/m <sup>3</sup> )	Nº de Clientes em condições a faturar	Peso s/Total
<b>Doméstico</b>	<b>735.821</b>	<b>64,6%</b>	<b>773.121</b>	<b>53,0%</b>					
1ª Escalão	387.420	34,0%	296.386	20,3%	557.882	80,3%	1,05	8.502	86,6%
2ª Escalão	301.814	26,5%	364.641	25,0%					
3ª Escalão	36.321	3,2%	77.415	5,3%					
4ª Escalão	10.266	0,9%	34.679	2,4%					
<b>Comércio e Indústria</b>	<b>234.025</b>	<b>20,5%</b>	<b>534.177</b>	<b>36,6%</b>					
1ª Escalão	85.005	7,5%	159.441	10,9%	85.285	12,3%	2,28	868	8,8%
2ª Escalão	149.020	13,1%	374.736	25,7%					
Obras	9.493	0,8%	19.608	1,3%	9.139	1,3%	2,07	118	1,2%
Inst. Privadas de Benef. Cult, Despor e de Int. Público	31.568	2,8%	20.818	1,4%	8.225	1,2%	0,66	98	1,0%
Estado e de outras pessoas colect. de Direito Público	8.473	0,7%	17.602	1,2%	5.259	0,8%	2,08	19	0,2%
Autarquias da área do Município	75.549	6,6%	58.529	4,0%	27.783	4,0%	0,77	209	2,1%
Autarquias Limítrofes	44.380	3,9%	34.045	2,3%	874	0,1%	0,77	1	0,0%
<b>Total</b>	<b>1.139.309</b>		<b>1.457.900</b>		<b>694.447</b>			<b>9.815</b>	

Os clientes Domésticos têm um peso de 86,6% no conjunto total de contratos existentes em condições de faturar, seguidos dos clientes de Comércio/Indústria com um peso de 8,8%. No entanto quando comparado os rendimentos, o peso do Comércio e Indústria ascende a 36,6% reduzindo o peso doméstico para 53,0%.

Em média, foram faturados cerca de 9,67 m<sup>3</sup> por consumidor e por mês. Em termos de consumidores domésticos, foram faturados em média 7,16 m<sup>3</sup> por consumidor e por mês.

### Formas de Pagamento:

Em termos de formas de pagamento, os meios automáticos representam já cerca de 79% da escolha dos nossos Clientes representando uma melhoria face a 2013 de 2p.p., mas com uma fraca adesão à fatura eletrónica.

Modalidade de Pagamento	2012		Peso (Quant)	2013		Peso (Quant)	2014		Peso (Quant)
	Quant.	Euros		Quant.	Euros		Quant.	Euros	
Loja	27.270	1.101.669	26%	25.471	1.025.558	23%	23.571	840.045	21%
Débito em Conta	34.850	1.345.278	32%	38.019	1.440.798	34%	38.326	1.483.602	34%
Payshop	8.947	194.854	9%	10.007	212.594	9%	9.648	202.088	9%
Multibanco	37.125	1.101.991	33%	38.836	1.086.800	35%	40.427	1.125.095	36%
Balcão EDP	76	1.348	0%	55	872	0%	40	592	0%
Megarede			0%	0	0	0%	0	0	0%
<b>Total</b>	<b>108.268</b>	<b>3.745.140</b>	<b>100%</b>	<b>112.388</b>	<b>3.766.822</b>	<b>100%</b>	<b>112.012</b>	<b>3.651.423</b>	<b>100%</b>



## ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E SISTEMAS

### Organização e Processos

No que respeita aos aspetos organizacionais e de procedimentos, a empresa encontra-se estabilizada no modelo estabelecido para a gestão e manutenção das infraestruturas de água e águas residuais, em conjunto com a fiscalização e acompanhamento das Obras que fazem parte do Plano de Investimentos.

A este respeito, salientamos novamente o trabalho desenvolvido ao nível do cadastro técnico e comercial, que permite um nível de conhecimento da infraestruturas e dos utilizadores muito superior.

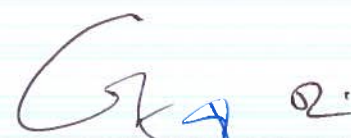
Em termos gerais, a Concessão engloba 9 886 contratos ativos distribuídos por uma área territorial de cerca de 262 km<sup>2</sup>, servidos, em baixa, por:

Infra-estruturas	nº/ km
Reservatórios	16
Estações Elevatórias de Abastecimento	10
Estações Elevatórias de Águas Residuais	16
Rede de Abastecimento de Água	282
Rede de Saneamento	140

### Relações com o Concedente e com outros interessados no desempenho da Sociedade

O relacionamento entre a empresa e o Município de Azambuja tem sido positivo e de grande proximidade permitindo ultrapassar as situações decorrentes do normal funcionamento e atribuição da Concessão, tanto a nível da operação das infraestruturas, como no relacionamento com os clientes e com as outras entidades interessadas.

A este nível é de realçar o contacto próximo com as Juntas de Freguesia, a empresa Águas do Oeste, a Administração da Região Hidrográfica do Tejo, Direção Regional de Saúde/ Delegada de Saúde e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.



## ANÁLISE ECONÓMICO – FINANCEIRA

### NOTA INTRODUTÓRIA:

A análise económica e financeira que se apresenta de seguida sintetiza os resultados alcançados pela Águas da Azambuja, S.A., no exercício de 2014, bem como a situação patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2014.

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas a este relatório.

### ANÁLISE DE GASTOS E RENDIMENTOS

A empresa registou, no ano de 2014, um resultado líquido negativo de 257.365 euros.

*(em euros)*

Demonstração dos Resultados	2012	2013	2014	Var. %
Vendas	2.209.875	2.280.369	2.152.347	(5,6%)
Prestações de Serviços	521.271	550.576	542.174	(1,5%)
<b>Volume de Negócios</b>	<b>2.731.146</b>	<b>2.830.945</b>	<b>2.694.521</b>	<b>(4,8%)</b>
CMVMC	1.136.068	1.022.106	974.745	(4,6%)
Fornecimentos e Serviços Externos	1.608.082	1.627.122	1.325.489	(18,5%)
Gastos com o Pessoal	208.497	210.857	192.421	(8,7%)
Outros Resultados Operacionais	180.795	26.903	20.569	(23,5%)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (RADFI)</b>	<b>(40.707)</b>	<b>(2.238)</b>	<b>222.435</b>	<b>10039,7%</b>
Amortizações	84.796	126.182	124.918	(1,0%)
<b>Resultado operacional (RO)</b>	<b>(125.503)</b>	<b>(128.420)</b>	<b>97.517</b>	<b>175,9%</b>
Resultados Financeiros	(361.556)	(438.321)	(355.959)	18,8%
<b>Resultados Antes de Impostos</b>	<b>(487.059)</b>	<b>(566.738)</b>	<b>(258.441)</b>	<b>54,4%</b>
Imposto Sobre o Rendimento	(2.426)	(1.001)	(1.076)	(7,5%)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(484.633)</b>	<b>(565.739)</b>	<b>(257.365)</b>	<b>54,5%</b>

(em euros)

	2012	2013	2014	Var. %
<b>EBITDA Ajustado (Cash-Flow Operacional)</b>	<b>(57.478)</b>	<b>(4.493)</b>	<b>241.293</b>	<b>5469,9%</b>
Margem EBITDA	-2,10%	-0,16%	8,95%	9,1 p.p.
<b>EBIT (Resultado Operacional)</b>	<b>(125.503)</b>	<b>(128.420)</b>	<b>97.517</b>	<b>175,9%</b>
Margem EBIT	-4,60%	-4,54%	3,62%	8,2 p.p.

EBITDA Ajustado = Resultado Operacional + Amortizações - Provisões - Imparidades

Margem EBITDA Ajustado = EBITDA Ajust / Volume de Negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de Negócios

O Resultado Líquido obtido teve como principais contribuidores:

#### Contribuições para o Resultado 2014



O resultado financeiro contribuiu negativamente para o resultado alcançado.

#### EBIT (Resultado Operacional)

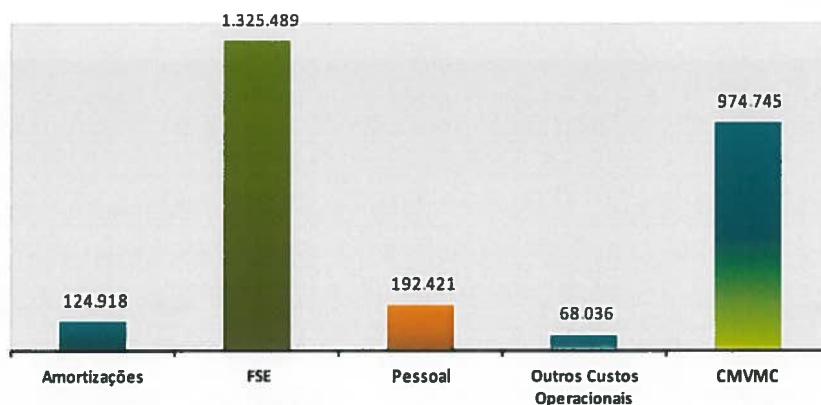
O EBIT (Resultado Operacional) registou um resultado positivo de 97.517 euros. Os rendimentos operacionais no montante total de 2.783.127 euros superaram os gastos operacionais que atingiram os 2.685.609 euros

O volume de negócios diminuiu 4,8% essencialmente por via da redução de água vendida.

Relativamente aos Gastos Operacionais temos a seguinte decomposição:



#### Gastos Operacionais 2014



Os **Fornecimentos e Serviços Externos** reduziram 18,5% essencialmente por via dos gastos com o tratamento dos efluentes em consequência da redução em 19,4% do volume entregue à Águas do Oeste.

A variação negativa de 4,6% verificada na rubrica de **CMVMC** justifica-se pela redução de 7% no volume de água comprada.

A rubrica de **Outros Resultados Operacionais** diminuiu 23,5% pela redução de rendimentos superior à redução de outros gastos, nomeadamente por quebras de armazém em 2013 não verificadas em 2014 e menor utilização da provisão para investimento de substituição.

#### Resultado Financeiro

A vertente financeira registou uma melhoria de 18,8% com um resultado negativo de 355.959 mil euros, explicado essencialmente por:

- Redução da rubrica de comissões bancárias que reflete o custo amortizado do empréstimo e varia conforme a previsão das taxas de juro.
- Redução da rubrica de serviços bancários pela comissão de imobilização de 2013 que não se registou em 2014.

## Análise do Balanço

(em euros)

Balanço	2012	2013	2014	Var. %
<b>Ativo</b>				
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis	5.121.891	5.169.483	5.123.380	(0,9%)
Outros	95.946	47.747	14.212	(70,2%)
<b>Total dos Ativos não Correntes</b>	<b>5.217.836</b>	<b>5.217.230</b>	<b>5.137.592</b>	<b>(1,5%)</b>
Contas a Receber	735.184	644.096	614.851	(4,5%)
Diferimentos	91.866	60.510	39.637	(34,5%)
Outros	1.208.905	1.658.402	1.559.948	(5,9%)
<b>Total dos Ativos Correntes</b>	<b>2.035.956</b>	<b>2.363.008</b>	<b>2.214.436</b>	<b>(6,3%)</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>7.253.792</b>	<b>7.580.238</b>	<b>7.352.028</b>	<b>(3,0%)</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>				
<b>Capital Próprio</b>	<b>30.899</b>	<b>27.942</b>	<b>74.321</b>	<b>166,0%</b>
Financiamentos Obtidos	3.227.532	4.141.977	3.954.550	(4,5%)
Accionistas	492.500	492.500	492.500	0,0%
Contas a Pagar	567.553	555.203	533.665	(3,9%)
Outros	635.364	463.854	331.600	(28,5%)
<b>Total dos Passivos não Correntes</b>	<b>4.922.949</b>	<b>5.653.533</b>	<b>5.312.315</b>	<b>(6,0%)</b>
Contas a Pagar	2.299.944	1.898.761	1.881.976	(0,9%)
Financiamentos Obtidos	0	0	83.416	
<b>Total dos Passivos Correntes</b>	<b>2.299.944</b>	<b>1.898.761</b>	<b>1.965.392</b>	<b>3,5%</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>7.222.893</b>	<b>7.552.295</b>	<b>7.277.707</b>	<b>(3,6%)</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>	<b>7.253.792</b>	<b>7.580.238</b>	<b>7.352.028</b>	<b>(3,0%)</b>

O total do **Ativo** atingiu, no final de 2014, o montante de 7.352 mil euros, valor inferior em 3% ao registado no final de 2013.

Os **Ativos não Correntes** reduzem essencialmente pela variação nos impostos diferidos face a 2013.

O aumento das prestações suplementares no valor de 455 mil euros, e a realização de apenas 355 mil euros em 2014, contribuiu para a redução dos **Ativos Correntes**.

O **Capital Próprio** aumenta por via das Prestações Suplementares e pelo reconhecimento do justo valor do instrumento de cobertura (SWAP) (ver anexo às contas nota 13.7).

Em sentido contrário encontram-se os resultados transitados por incorporação do resultado líquido de 2013.



Os **Passivos não Correntes** apresentam no final de 2014, o montante de 5.312 mil euros, valor inferior em 6% ao registado no final de 2013, essencialmente pelos reembolsos do financiamento junto da CGD BI.

A variação verificada nos **Passivos Correntes** resulta essencialmente do aumento da dívida referente à taxa municipal de RSU para com o município.

## Indicadores

Os indicadores revelam o impacto dos resultados líquidos negativos que a empresa regista ao longo dos três anos.

Indicadores	2012	2013	2014	Var. p.p.
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	(1568,4%)	(2024,7%)	(346,3%)	1678,4 p.p.
Rentabilidade do Ativo (%)	(6,7%)	(7,5%)	(3,5%)	4,0 p.p.
Autonomia Financeira (%)	0,4%	0,4%	1,0%	0,6 p.p.
Solvabilidade (%)	0,4%	0,4%	1,0%	0,7 p.p.

p.p. - pontos percentuais



## PERSPETIVAS PARA O FUTURO

Para o ano de 2015 foram estabelecidas as seguintes linhas fundamentais de orientação da atividade da empresa:

- Conclusão das Obras previstas no Plano de Investimento, assegurado que estejam as condições de financiamento, os licenciamentos necessários e a definição dos sistemas na sua interligação alta/baixa;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de abastecimento de água com a consequente redução do volume de água perdida e do volume de água comprada;
- Continuidade na melhoria do desempenho operacional da rede de drenagem de águas residuais domésticas por via da redução e controlo de afluências indevidas;
- Otimização do Plano de Manutenção Preventiva da Infraestruturas;
- Operação do Sistema de Telegestão.



Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas da Azambuja, referenciamos:

- Posicionamento da Concessionária do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variações dos preços de energia e combustíveis;
- Retração de consumos devido à conjuntura económico-financeira e utilização de captações próprias;
- Finalização do processo de revisão do Contrato de Concessão e assinatura do primeiro aditamento ao Contrato de Concessão;
- Regularização da utilização das facilidades de desembolso garantidas pelo Contrato de Financiamento;
- Evolução legislativa para o setor, incluindo a reestruturação dos sistemas multimunicipais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2014, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quantos, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- Os Colaboradores de Águas da Azambuja, pelo seu notável sentido de serviço e de missão que colocam nas suas atividades diárias;
- A Entidade Concedente – Câmara Municipal de Azambuja;
- Os Acionistas AQUAPOR - Serviços, SA, e ECOBREJO – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. pelo interesse, disponibilidade e apoio reiteradamente demonstrados no acompanhamento da empresa;
- A Entidade Reguladora pelo suporte e contributo para o desempenho da Concessionária;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O Revisor Oficial de Contas e o Fiscal Único, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deram prova no seguimento das atividades da empresa;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral, pelo empenho posto no exercício das suas funções.



## OUTRAS INFORMAÇÕES

Nos termos do disposto no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais importa referir o seguinte:

- Não existem factos relevantes ocorridos após o fecho do exercício de 2014;
- Não foram adquiridas ou alienadas ações próprias durante o exercício;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus Administradores no exercício de 2014;
- A sociedade não tem sucursais.

## PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2014, no montante de 257.365 euros negativos, seja transferido para Resultados Transitados a inscrever na conta 56.

### O Conselho de Administração



Eng.º Diogo Manuel Mena Faria de Oliveira



Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho



Dr. António José Martins de Sousa Lucas

Azambuja, 27 de Março de 2015

## CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2014 E RESPECTIVO ANEXO

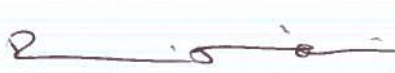
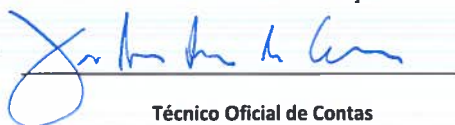
Águas da Azambuja, S.A.

**BALANÇO**

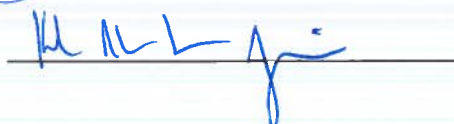
Período findo em 31 de Dezembro de 2014

	Notas	31-12-2014	31-12-2013
<b>Quantias em Euros</b>			
<b>Ativo</b>			
<b>Ativo Não Corrente</b>			
Ativos Fixos Tangíveis	8	43.482	52.747
Ativos Intangíveis	7	5.079.898	5.116.736
Ativos por Impostos Diferidos	12	14.212	47.747
		5.137.592	5.217.230
<b>Ativo Corrente</b>			
Inventários	9	46.167	55.452
Clientes	13	446.242	420.850
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	21.825	60.779
Acionistas/Sócios	13.6	917.500	1.017.500
Outras Contas a Receber	13.2	146.783	162.467
Diferimentos	15.2	39.637	60.510
Caixa e Depósitos Bancários	4	596.281	585.450
		2.214.436	2.363.008
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.352.028</b>	<b>7.580.238</b>
<b>Capital Próprio e Passivo</b>			
<b>Capital Próprio</b>			
Capital	13.8	50.000	50.000
Outros Instrumentos de Capital Próprio	13	1.895.000	1.675.000
Resultados Transitados	15.3	(1.564.361)	(998.622)
Ajustamentos em Ativos Financeiros	13.7	(48.953)	(132.697)
Resultados Líquidos do Período	15.3	(257.365)	(565.739)
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>74.321</b>	<b>27.942</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo Não Corrente</b>			
Provisões	11	268.434	278.973
Financiamentos Obtidos	13.5	3.954.550	4.141.977
Passivos por Impostos Diferidos	12	-	8.991
Acionistas/Sócios	13.6	492.500	492.500
Outros Passivos Financeiros	13.7	63.166	175.890
Outras Contas a Pagar	13.4	533.665	555.203
		5.312.315	5.653.533
<b>Passivo Corrente</b>			
Fornecedores	13.3	1.409.694	1.534.618
Estado e Outros Entes Públicos	15.1	5.530	5.514
Financiamentos Obtidos	13.5	83.416	-
Outras Contas a Pagar	13.4	466.753	358.629
		1.965.392	1.898.761
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.277.707</b>	<b>7.552.295</b>
<b>Total do Capital Próprio e Passivo</b>		<b>7.352.028</b>	<b>7.580.238</b>

Conselho de Administração





Técnico Oficial de Contas





**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA**  
**Período findo em 31 de Dezembro de 2014**

		Quantias em Euros	
	Notas	31-12-2014	31-12-2013
<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>			
Vendas e Serviços Prestados	10	2.694.521	2.830.945
Trabalhos para a Própria Entidade	15.10	49.120	37.911
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9	(974.745)	(1.553.789)
Fornecimentos e Serviços Externos	15.4	(1.325.489)	(1.095.438)
Gastos com o Pessoal	14	(192.421)	(210.857)
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	13.1	(20.631)	(45.223)
Provisões (Aumentos/Reduções)	11	1.772	47.478
Outros Rendimentos e Ganhos	15.5	37.713	47.578
Outros Gastos e Perdas	15.6	(47.405)	(60.842)
<b>Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos</b>		<b>222.435</b>	<b>(2.238)</b>
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	15.7	(124.918)	(126.182)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de Financiamento e Impostos)</b>		<b>97.517</b>	<b>(128.420)</b>
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	15.8	5.370	2.595
Juros e Gastos Similares Suportados	15.9	(361.329)	(440.916)
<b>Resultado antes de Impostos</b>		<b>(258.441)</b>	<b>(566.738)</b>
Impostos sobre o Rendimento do Período	12	1.076	1.001
<b>Resultado Líquido do Período</b>		<b>(257.365)</b>	<b>(565.739)</b>

**Conselho de Administração**  
**Técnico Oficial de Contas**

**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO**  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014

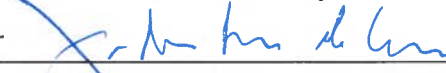


Descrição	Quantias em Euros					
	Capital Realizado	Outros Instr. de Capital Próprio	Resultados Transitados	Ajust. em Ativos e Passivos Finac.	R. Líquido do Período	Total de Capital Próprio
<b>1</b>	50.000	1.220.000	(513.990)	(240.478)	(484.633)	30.899
<b>2</b>	-	-	(484.632)	-	484.633	1
<b>3</b>	-	-	-	107.781	-	107.781
<b>4</b>	-	-	-	107.781	-	107.781
<b>5=3+4</b>	-	-	-	-	(565.739)	(565.739)
<b>6</b>	-	455.000	-	-	-	455.000
<b>7=1+2+3+4+6</b>	50.000	1.675.000	(998.622)	(132.697)	(565.739)	27.942
<b>7</b>	50.000	1.675.000	(998.622)	(132.697)	(565.739)	27.942
<b>8</b>	-	-	(565.739)	-	565.739	-
<b>9</b>	-	-	(565.739)	-	565.739	-
<b>10</b>	-	-	-	83.744	-	83.744
<b>11=9+10</b>	-	-	-	83.744	-	83.744
<b>12</b>	-	220.000	-	-	-	220.000
<b>13=7+8+9+10+12</b>	50.000	1.895.000	(1.564.361)	(48.953)	(257.365)	74.321
<p>Conselho de Administração</p> <p>Técnico Oficial de Contas</p>						

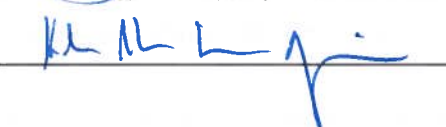
**Águas da Azambuja, S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Período findo em 31 de Dezembro de 2014

	Quantias em Euros	
	31-12-2014	31-12-2013
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais - método direto</b>		
Recebimentos de Clientes	3.589.092	3.756.256
Pagamentos a Fornecedores	(3.295.726)	(3.297.672)
Pagamentos ao Pessoal	(186.877)	(182.897)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>106.489</b>	<b>275.687</b>
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento	(3.437)	(8.274)
Outros recebimentos / pagamentos	(13.259)	(29.537)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</b>	<b>89.793</b>	<b>237.876</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos Fixos Tangíveis	(3.090)	-
Ativos Intangíveis	(10.181)	(868.986)
	<b>(13.271)</b>	<b>(868.986)</b>
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	1.188	-
	<b>1.188</b>	<b>-</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</b>	<b>(12.083)</b>	<b>(868.986)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos	-	829.459
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	320.000	74.500
	<b>320.000</b>	<b>903.959</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	(131.172)	-
Juros e gastos similares	(255.708)	(189.310)
	<b>(386.879)</b>	<b>(189.310)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</b>	<b>(66.879)</b>	<b>714.649</b>
<b>Variações de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>	<b>10.831</b>	<b>83.539</b>
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	585.450	501.911
Caixa e seus equivalentes no fim do período	596.281	585.450

Conselho de Administração


Técnico Oficial de Contas





Águas da Azambuja, S.A.

## Exercício findo em 31 de dezembro de 2014

ANEXO

(Quantias estão expressas em Euros  
exceto quando expressamente indicado de outra forma)

### 1. Identificação da Entidade

A Águas da Azambuja, S.A. é uma sociedade anónima constituída em 10 de março de 2009, em resultado da adjudicação do Concurso Público Internacional lançado pelo Município de Azambuja em abril de 2007, que tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água e de recolha e de rejeição de águas residuais em sistemas unitários e separativos na área do Município de Azambuja.

A Empresa tem a sua sede na Rua Teodoro José Silva – Edifício Atrium Azambuja, 37 – Azambuja, Portugal.

O capital da Empresa é detido maioritariamente pela Aquapor – Serviços, S.A. (74,98%), com sede em Lisboa. O restante capital é distribuído da seguinte forma:

- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A. - 24,99%;
- Luságua – Serviços Ambientais, S.A. - 0,01%;
- Luságua Alcanena – Gestão de Águas, S.A. - 0,01%;
- Pragosa Ambiente, S.A. - 0,01%.

#### Atividade Concessionada

Em 11 de maio de 2009 foi celebrado o Contrato de Concessão entre o Município de Azambuja e a Águas da Azambuja, S.A., pelo prazo de 30 anos e mediante uma renda total de 1.015.725 Euros. Após a assinatura do Contrato, e durante um período de 60 dias, decorreu o designado “Período de Transição” onde se procedeu ao diagnóstico e reconhecimento do funcionamento dos Serviços Municipais.

O arranque da fase de exploração (Período de Funcionamento Normal), teve início no dia 11 de julho de 2009. Após esta data a responsabilidade da gestão técnica, operacional e administrativa do sistema municipal passou para a Águas da Azambuja.

Nos termos do Contrato, a propriedade de todos os bens, infra-estruturas, instalações e equipamentos (com exceção dos stocks de consumíveis e substituíveis do equipamento básico, do equipamento de transporte, do equipamento administrativo e das ferramentas utensílios integrados nos Sistemas e ou afetos), reverterão para o Concedente no final do contrato sem qualquer encargo para este, e em perfeito estado de funcionamento e manutenção, tendo como consideração o desgaste decorrente dos anos de serviço efetuado.

No início desta concessão, parte das infra-estruturas utilizadas na prestação dos serviços objeto do contrato de concessão já existia e são propriedade da Concedente. Adicionalmente, a Empresa tem a obrigação de realizar todas as obras necessárias à execução do plano de investimento e a sua

exploração, nomeadamente os planos de abastecimento de águas (3.731.384 Euros) e saneamento de águas residuais (3.307.339 Euros).

De acordo com contrato de concessão, estas infra-estruturas estão à disposição da Concessionária para os fins da concessão. Dado que a Empresa não controla estes bens (não pode alienar, onerar ou transferir) e não pagou diretamente pelos mesmos, estes ativos não são registados no Balanço da Empresa. A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras, um ativo intangível relacionado com o direito de utilização destas infra-estruturas.

Também o valor das rendas fixas definidas para pagamento do uso destes ativos assim como o direito de explorar a concessão, qualificam para reconhecimento como parte do ativo intangível a reconhecer no início da concessão e que constitui o direito de explorar a concessão. Estas rendas terão os seguintes valores: 1º ano: 208.782 Euros; 2º ano: 104.391 Euros; 3º ano: 83.512 Euros; 4º ano: 62.635 Euros; 5º ano e seguintes: 21.400 Euros (montantes que serão atualizados anualmente com base no IPC).

Em Junho de 2011 foi apresentado ao Município um pedido de reequilíbrio da Concessão por força de alterações legislativas significativas, nomeadamente a publicação do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, cujo prazo de adaptação terminou a 20 de Agosto 2012, e de condicionantes várias relativamente ao Caso Base anexo ao Contrato de Concessão. Este pedido resultou num processo negocial mais alargado de revisão do Contrato de Concessão iniciado em janeiro de 2012 e que culminou em Dezembro de 2012 na estabilização da Minuta de Aditamento e no seu envio à Entidade Reguladora em Fevereiro de 2013 para a obtenção de parecer.

O processo negocial que culminará na assinatura do aditamento ao Contrato de Concessão, cuja finalização se previa para o corrente ano de 2013, acabou por não ocorrer devido ao facto do ERSAR ainda não ter emitido o parecer sobre a revisão do Contrato de Concessão, entregue pela Águas da Azambuja/Município da Azambuja em fevereiro de 2013.

A ERSAR no âmbito do processo de avaliação, com vista à emissão de parecer, solicitou neste período vários pedidos de esclarecimento, não tendo emitido até Dezembro de 2014 um parecer final que permita iniciar a aprovação do Aditamento nos diferentes órgãos autárquicos. Espera-se que este processo seja concluído no decorrer de 2015.

## 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A Empresa faz o relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada.

As demonstrações financeiras de 2013 foram preparadas usando princípios contabilísticos consistentes com o ano anterior, pelo que não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.



### 3. Políticas contabilísticas

#### 3.1 Principais políticas contabilísticas

A Empresa adotou o disposto nas NCRF, e supletivamente adotou o disposto na IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação – Acordos de Concessão de Serviços. A IFRIC 12 define as

regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

No âmbito da atividade concessionada, a Empresa reconheceu um ativo intangível que corresponde ao direito de utilização e de exploração das infra-estruturas cedidas pelo Concedente.

Embora seja da responsabilidade da Empresa financiar a sua construção das infra-estruturas, uma vez que todos os bens se destinam a integrar a concessão e passam a estar automaticamente sujeitos às cláusulas de intransmissibilidade e reversão dos ativos, não se consideram ativos controlados pela Empresa, pelo que não são reconhecidos como Ativos Fixos Tangíveis. Pela análise efetuada às condições de reequilíbrio económico-financeiro previstas no contrato de concessão, verificámos que certas condições de reequilíbrio estão diretamente associadas ao risco de procura e outras estão dependentes de decisões do Concedente ou de outras entidades associadas, e de flutuações de taxas de juro nos mercados financeiros. Desta análise concluímos que as condições de reequilíbrio funcionam como uma garantia a favor do Concedente, limitando a margem auferida pela Empresa e colocando um teto no retorno da concessão. Por outro lado, não constitui um direito a receber do Concedente ou por conta deste, pelo que os valores investidos na concessão foram registados como um Ativo Intangível.

Tendo por base o disposto nas NCRF e supletivamente a IFRIC 12, as políticas contabilísticas adotadas pela Empresa foram as seguintes:

##### (a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são inicialmente valorizados ao custo de aquisição.

Subsequentemente, a Empresa decidiu manter o custo como critério de valorização.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para a utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método da linha reta.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:





	2014	2013
Edifícios e Outras Construções	5% - 10%	5% - 10%
Equipamento Básico	12,50%	12,50%
Equipamento de Transporte	25%	25%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33%	10% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	12,50%	12,50%

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização.

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauração do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os Ativos Fixos Tangíveis em Curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

**Imparidade**

A Empresa avalia se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, é estimada a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;



- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence, planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência nos relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

Independentemente de haver indicações de estarem em imparidade, os bens que ainda não estão disponíveis para uso são testados anualmente.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

## (b) Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo. Os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

Após o reconhecimento inicial os Ativos Intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos Ativos Intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis indefinidas não são amortizados mas são testados quanto à imparidade independentemente de haver ou não indicadores de que possam estar em imparidade.

Os Ativos Intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea a) Ativos Fixos Tangíveis.

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e são efetuadas apenas até ao limite que resultaria se o bem nunca tivesse sido sujeito a imparidade.

Para um Ativo Intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e., o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.





As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método da linha reta, excepto para os Direitos de Concessão em que o método utilizado é o método das Unidades de Produção (caudais de água).

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

	2014	2013
Propriedade Industrial	33,33%	33,33%
Direito de Concessão	2,26%	2,35%
Outros Ativos Intangíveis - Reversíveis	2,26%	2,35%

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Intangíveis:

**(b.1) Propriedade Industrial**

Nesta rubrica encontra-se refletida a aquisição de um software para a realização de desenho de plantas, relativamente ao qual existe o direito exclusivo de utilização.

A amortização é efectuada de acordo com o Decreto-Lei 25/2009.

**(b.2) Direitos de Concessão relacionados com a atividade concessionada**

Para os bens (que se materializarão em direitos de utilização de infra-estruturas – IFRIC 12) com vidas úteis superiores ao período da concessão, as amortizações de investimentos iniciais ou os que venham a ser posteriormente aprovados ou impostos pelo Concedente e que materializem em expansão ou modernização das obrigações iniciais, deverão, normalmente fazer-se pelo prazo da concessão. No entanto, os investimentos adicionais de expansão ou modernização, cuja vida útil se prolongue para além do prazo da concessão, e que apresentam valor residual darão lugar a uma indemnização equivalente ao valor ainda não amortizado à data do fim da concessão.

As amortizações são calculadas pelo método das Unidades de Produção, isto é pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira utilizado, tendo como base os caudais de efluente facturados nesse exercício e os efluentes a facturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade.



## (c) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos e Imposto sobre o Rendimento do Período

### (c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a Empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

### (c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor.

A Empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 23%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável, de onde resulta uma taxa agregada máxima de 24,5%. Quando o lucro do exercício se situa entre 1,5 e 10 milhões de Euros é aplicada uma taxa de Derrama Estadual de 3%, passando esta a 5% quando aquele seja superior a 10 milhões de Euros, o que resulta numa taxa agregada máxima que poderá variar entre os 27,5% e os 29,5%.

Nos termos da legislação em vigor as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correcções materiais nas demonstrações financeiras.



## (d) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

	Valorização	Métodos de Custeio
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Custo de aquisição <sup>(*)</sup>	Custo médio

<sup>(\*)</sup> - ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;
- Variações de justo valor, no caso de os inventários terem associados a si instrumentos derivados de cobertura (§37 b) da NCRF 27).

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de aquisição ou de produção, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade, a qual é revertida quando deixam de existir os motivos que a originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

## (e) Ativos Financeiros

Os Ativos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os Ativos Financeiros são valorizados ao custo líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano a Empresa avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a Empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A Empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;

- Tornar -se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito. A imparidade apurada nos termos atrás referidos não difere daquela que é apurada com critérios e para efeitos fiscais.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Ativos Financeiros.

#### **(e.1) Clientes**

As contas a receber de Clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de Vendas e Prestações de Serviços descritos na alínea m) sendo subsequentemente mensuradas ao custo menos imparidade.

A imparidade é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.2) Outras Contas a Receber**

As outras contas a receber incluem:

- Devedores por acréscimos de rendimentos;
- Outros devedores;

e encontram-se valorizadas ao custo menos imparidade:

A imparidade, em ambos os casos é determinada com base nos critérios definidos na alínea e).

#### **(e.3) Caixa e Bancos**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;
- Outros depósitos com maturidade definida – ao custo.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da Caixa e Bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Financiamentos Obtidos do Balanço



## **(f) Estado e Outros Entes Públicos**

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

## **(g) Diferimentos Ativos e Passivos**

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

## **(h) Rubricas dos Capitais Próprios**

### **(h.1) Capital Realizado**

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

### **(h.2) Outros instrumentos de capital próprio**

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

### **(h.3) Resultados Transitados**

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas. De acordo com o n.º 2 do art.º 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

### **(h.4) Ajustamentos em ativos financeiros**

Esta rubrica inclui o montante relativo à valorização do Notional referente ao contrato de Cobertura de Taxa de Juro, celebrado com a Caixa BI.

## **(i) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflecte as avaliações correntes de

mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

Seguem-se algumas especificidades relativas a algumas Provisões:

#### **(i.1) Provisões para investimentos de substituição**

O valor de 268.434 euros constante nesta rubrica, registado ao custo amortizado, é referente à constituição da provisão de Investimento de Substituição, o qual será utilizado para reparar e manter em bom estado de funcionamento os equipamentos utilizados na rede de abastecimento.

#### **(j) Outros Passivos Financeiros não incluídos nas alíneas anteriores**

Os Passivos Financeiros são reconhecidos quando a Empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

##### **(j.1) Financiamentos Obtidos**

Os financiamentos estão valorizados ao custo. Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (§37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, o respetivo derivado é apresentado, ao custo amortizado, na rubrica de Outros Passivos Financeiros.

##### **(j.2) Fornecedores**

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo.

##### **(j.3) Acionistas**

Os empréstimos de acionistas encontram-se valorizados ao custo.

##### **(j.4) Outras Contas a Pagar**

As outras contas a pagar incluem:

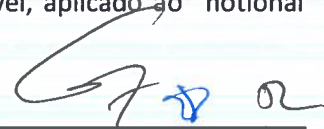
- Fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Outros credores;

##### **(j.5) Outros passivos financeiros**

Esta rubrica inclui instrumentos financeiros derivados relativamente aos quais haja cobertura efetiva nos termos da NCRF 27 (com aplicação da IAS 39).

A Empresa celebrou um contrato de permuta de taxa de juro (interest rate swap), através do qual converteu a taxa de juro variável em taxa de juro fixa, com o objetivo de efetuar cobertura económica dos seus empréstimos.

Os fluxos de juros resultantes dos swaps, a receber e a pagar, são reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico dos acréscimos; os resultados financeiros registados correspondem ao diferencial entre (i) a taxa de juro fixa contratada e (ii) a taxa de juro variável, aplicado ao “notional amount”, segundo os contratos de swap.



## (l) Efeito das alterações das taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para Euro às taxas nas datas das transações.

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de fecho e o diferencial é reconhecido em resultados.

## (m) Vendas e Prestações de Serviço

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidades concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efectiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade, e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das Vendas e Prestações de Serviços.

### (m.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

### (m.2) Prestações de Serviço

O rédito das Prestações de Serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser fiavelmente estimado o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a Empresa;

- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito da atividade concessionada é reconhecido de acordo com o preconizado na NCRF 20 – Rédito.

## (n) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal são reconhecidos quando o serviço é prestado pelos empregados independentemente da data do seu pagamento.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de Gastos com o Pessoal.

### (n.1) Férias e Subsídio de Férias

De acordo com a legislação laborar em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “Outras Contas a Pagar”.

### (n.2) Benefícios de Cessação de Emprego

A Empresa reconhece um passivo e um gasto por Benefício de Cessação de emprego quando já se comprometeu de forma demonstrável a:

- Cessar o emprego de um empregado ou grupo de empregados antes da data normal de reforma; ou
- Proporcionar benefícios de cessação como resultado de uma oferta feita a fim de encorajar a saída voluntária.

Considera-se que a Empresa já se comprometeu de forma demonstrável quando tem um plano formal pormenorizado para a cessação e não exista possibilidade realista de retirada e quando o plano incluía, como mínimo:

- A localização, a função, e o número aproximado de empregados cujos serviços estão para ser cessados;
- O benefício de cessação para cada classificação ou função de emprego; e
- Momento em que o plano será implementado.

Os Benefícios de Cessação de Emprego são reconhecidos como um gasto imediatamente e sempre que se vencem a mais de 12 meses após a data do balanço são mensurados pelo valor descontado.

No caso de ofertas feitas para encorajar a saída voluntária, a mensuração dos Benefícios de Cessação de Emprego é baseada no número de empregados que se espera que aceitem a oferta.







### (o) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados com empréstimos mensurados ao custo;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (SWAP).

### (p) Ativos e Passivos Contingentes

Um Ativo Contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados. Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um Passivo Contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade,

ou

- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
  - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
  - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos. Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

### (q) Eventos subsequentes

Os eventos subsequentes que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

## 3.2 Juízos de valor

### (a) Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização / depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a Empresa opera.

### (b) Impostos Diferidos Ativos

São reconhecidos Impostos Diferidos Ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta o contexto de crise e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte da Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de planeamento fiscal futuro.

### 3.3 Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subseqüentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

#### (a) Imparidade de Ativos Não Financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos os custos de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento para os próximos cinco anos o qual não inclui atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.

A quantia recuperável é sensível sobretudo:

- Quota de mercado durante o período orçamental
- Inflação no preço das matérias-primas
- Margem bruta
- Taxa de crescimento usada para extrapolar os fluxos de caixa para além de 5 anos
- Taxas de desconto usadas para fazer o desconto dos fluxos de caixa futuros.

### (b) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

### (c) Provisões

O reconhecimento de Provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da Empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

## 4. Fluxos de Caixa

As rubricas de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa	500	500
Depósitos à Ordem	472.781	584.950
Depósitos a Prazo	123.000	-
	<b>596.281</b>	<b>585.450</b>

## 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a Empresa não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

## 6. Partes Relacionadas:

As entidades relacionadas da Empresa são as seguintes:

Nome	Atividade	Localização
<i>Aquapor Serviços</i>	Gestão de Participações	Lisboa
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	Tratamento de Águas Residuais	Prest. Serviços em vários locais do Continente
<i>Pragosa Ambiente</i>	Limpeza, recolha, transporte e valorização de resíduos	Batalha
<i>Construções Pragosa</i>	Obras de construção civil	Batalha
<i>Ecobrejo</i>	Gestão de resíduos e do ambiente	Batalha
<i>Luságua Lisboa</i>	Distribuição de Água	Lisboa
<i>Águas de Alenquer</i>	Distribuição de Água	Alenquer

A empresa-mãe é a Aquapor – Serviços S.A, com sede em Lisboa, que detém uma participação direta na Águas da Azambuja, S.A. correspondente a 74,98% do capital.

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Parte relacionada	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que a Águas da Azambuja presta / Transações que faz	Serviços que a Águas da Azambuja recebe / Transações que recebe
<i>Aquapor Serviços</i>	-	Assistência técnica, aluguer de equipamento, rendas de viaturas e apoio comercial.
<i>Luságua Serviços Ambientais</i>	-	Análises de laboratório e trabalhos de manutenção.
<i>Ecobrejo</i>	-	Assistência técnica.
<i>Construções Pragosa</i>	-	Obras de Construção Civil.
<i>Pragosa Ambiente</i>	-	Recolha e transporte de resíduos.
<i>Luságua Lisboa</i>	Material Hidráulico	-
<i>Águas de Alenquer</i>	Material Hidráulico	-

X

A quantia das transações e os saldos pendentes de partes relacionadas são os indicados no quadro seguinte:

Empresa	Ano	Prestações Serviço	Compras de Serviços	Contas a Receber	Contas a pagar	Acionistas	
						Saldo devedor	Saldo credor
Aquapor Serviços	2014	-	121.108	5.751	18.681	688.375	(369.375)
	2013	-	130.630	5.751	142.706	759.625	(369.375)
Luságua Serviços Ambientais	2014	-	16.847	-	2.830	-	-
	2013	-	17.776	-	12.464	-	-
Ecobrejo	2014	-	30.517	-	25.773	229.125	(123.125)
	2013	-	26.285	-	70.801	257.875	(123.125)
Construções Pragosa	2014	-	904	-	26.461	-	-
	2013	-	65.941	-	25.349	-	-
Pragosa Ambiente	2014	-	49.377	-	84.619	-	-
	2013	-	41.038	-	32.279	-	-
Águas de Alenquer	2014	148	-	616	-	-	-
	2013	380	-	468	-	-	-
Luságua Lisboa	2014	35	-	-	-	-	-
	2013	2.737	274	-	337	-	-

As remunerações do pessoal chave da gestão da Empresa encontram-se discriminadas no quadro seguinte:

	2014	2013
Total de benefícios de curto prazo dos empregados	44.957	44.887
Total de remunerações	44.957	44.887

*[Handwritten signature]*



## 7. Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Direitos de Concessão	Propriedade Industrial	Outros	Intangíveis em curso	Total Ativos Intangíveis
<b>Custo:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2013</b>	<b>3.996.956</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>327.703</b>	<b>5.213.979</b>
Aquisições	25.006	-	-	164.892	189.898
Transferências	350.387	-	-	(350.387)	-
Abates	(9.402)	-	-	-	(9.402)
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	<b>4.362.947</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>142.208</b>	<b>5.394.475</b>
Aumentos	25.577	-	-	50.697	76.274
Transferências	10.549	-	-	(10.549)	-
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>4.399.073</b>	<b>1.164</b>	<b>888.156</b>	<b>182.356</b>	<b>5.470.749</b>
<b>Amortizações e Imparidade:</b>					
<b>1 de Janeiro de 2013</b>	<b>98.247</b>	<b>1.164</b>	<b>57.433</b>	-	<b>156.844</b>
Amortizações	93.004	-	21.169	-	114.173
Transferências	6.722	-	-	-	6.722
<b>31 de Dezembro de 2013</b>	<b>197.973</b>	<b>1.164</b>	<b>78.602</b>	-	<b>277.739</b>
Amortizações	95.017	-	18.097	-	113.114
<b>31 de Dezembro de 2014</b>	<b>292.990</b>	<b>1.164</b>	<b>96.699</b>	-	<b>390.853</b>
<b>Valor líquido contabilístico:</b>					
A 31 de Dezembro de 2014	4.106.083	-	791.457	182.356	5.079.898
A 31 de Dezembro de 2013	4.164.974	-	809.554	142.208	5.116.736
A 1 de Janeiro de 2013	3.898.709	-	830.723	327.703	5.057.134

Parte do saldo da rubrica 'Ativo Intangível – Direito de Concessão' é referente ao Direito de Concessão detido pela empresa e tem como contrapartida a rubrica 'Outros Credores – Município de Azambuja'.



## 8. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período é a seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos	Total Ativos Tangíveis
<b>Custo:</b>				
1 de Janeiro de 2013	57.259	58.349	6.301	121.909
31 de Dezembro de 2013	57.259	58.349	6.301	121.909
Aumentos	-	1.370	1.170	2.540
31 de Dezembro de 2014	57.259	59.719	7.471	124.449
<b>Amortizações e Imparidade:</b>				
1 de Janeiro de 2013	19.875	33.576	3.702	57.153
Amortizações	5.726	5.223	1.060	12.009
31 de Dezembro de 2013	25.601	38.799	4.762	69.162
Amortizações	5.726	5.424	654	11.804
31 de Dezembro de 2014	31.327	44.223	5.416	80.966
<b>Valor líquido contabilístico:</b>				
A 31 de Dezembro de 2014	25.932	15.496	2.055	43.482
A 31 de Dezembro de 2013	31.658	19.550	1.539	52.747
A 1 de Janeiro de 2013	37.384	24.773	2.599	64.756

Os compromissos à data do balanço que a Empresa apresenta com contratos de aluguer operacional, para cada categoria de ativo, é a constante do quadro seguinte:

	2014	2013
4 Contratos de aluguer de viaturas	42.092	696
	42.092	696

O total dos futuros pagamentos da locação à data do balanço, repartidos por períodos de vencimento encontra-se detalhado no quadro seguinte:

	2014	2013
	Valor Presente	Valor Presente
Não mais de um ano	13.842	696
Mais de um ano e não mais de cinco anos	28.250	-
<b>Total dos Pagamentos</b>	<b>42.092</b>	<b>696</b>

X

## 9. Inventários

A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas encontram-se no quadro seguinte:

	2014	2013
Matérias-primas, Subs. e de Consumo	46.167	55.452
	<b>46.167</b>	<b>55.452</b>

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante o período encontram-se nos quadros seguintes:

### Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

		Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências em 1 de Janeiro de 2013		69.994
Compras		1.541.250
Regularização de inventários		(2.003)
Existências em 31 de Dezembro de 2013		(55.452)
	<b>CMVMC</b>	<b>1.553.789</b>
Existências em 1 de Janeiro de 2014		55.452
Compras		965.965
Regularização de inventários		(504)
Existências em 31 de Dezembro de 2014		(46.167)
	<b>CMVMC</b>	<b>974.745</b>

## 10. Rédito

O rédito discrimina-se da seguinte forma:

	2014	2013
Vendas		
Mercadorias	389	3.839
Produtos Acabados e Intermédios		
Água	1.457.511	1.598.127
Quota Serviço Água	694.447	678.403
	<b>2.152.347</b>	<b>2.280.369</b>
Prestações de Serviços		
Diversos	113.975	118.519
Venda de Saneamento	428.199	432.057
	<b>542.174</b>	<b>550.576</b>
	<b>2.694.521</b>	<b>2.830.945</b>

*[Handwritten signature]*



A rubrica 'Diversos' de Prestações de Serviços engloba Abertura de Água, Ramais Água e Ramais Saneamento, Instalação, Reparação e Conservação de Contadores/Ramais, Deslocações e Outros Serviços.

O valor das vendas e prestações de serviços é referente ao mercado interno.

## 11. Provisões

O movimento ocorrido nas provisões, por cada provisão, encontra-se refletido no quadro seguinte:

	Provisões para Investimento de Substituição
A 1 de Janeiro de 2013	290.065
Reversões do ano	(47.478)
Ajustamento temporal	36.387
A 31 de Dezembro de 2013	<b>278.973</b>
A 1 de Janeiro de 2014	278.973
Reversões do ano	(1.772)
Ajustamento temporal	(8.766)
A 31 de Dezembro de 2014	<b>268.435</b>

Nas contas da Empresa a 31 de dezembro de 2014 continuam por registar faturas no montante de 1.330.612 Euros relativo a dívida à entidade Águas do Oeste pelo motivo de se ter efetuado contestação ao valor debitado por aquela entidade.

No decorrer do exercício de 2014 a Águas do Oeste requeriu um pedido de suspensão dos processos e que foi aceite pela Águas da Azambuja.

## 12. Imposto sobre o Rendimento

O Rendimento por impostos correntes é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Imposto Corrente		
IRC do ano	3.362	3.437
	<b>3.362</b>	<b>3.437</b>
Imposto Diferido		
Outros movimentos	(4.438)	(4.438)
	<b>(4.438)</b>	<b>(4.438)</b>
	<b>(1.076)</b>	<b>(1.001)</b>

Não houve lançamento de novos impostos e apesar da taxa de IRC ter descido para os 23%, o mesmo não se reflectiu na quantia de gastos por impostos diferidos pelo facto deste montante ser a última parcela de imposto a bater, resultante dos impactos contabilísticos da transição para o SNC.

A reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável é a indicada no quadro seguinte:



As quantias de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período são as indicadas no quadro seguinte:

	Contas Balanço		Contas Demonstração Resultados		Outras Rubricas de Capital Próprio	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
<b>Impostos Diferidos Passivos</b>						
Ajustamentos de transição para o SNC						
Integração Património e Bens Adquiridos (Eq. Básico) e Amortizações	-	7.547	(7.547)	(7.547)	-	-
Integração Património e Bens Adquiridos (Edifícios)	-	398	(398)	(398)	-	-
Valor da Renda reconhecido em 2012	-	1.047	(1.047)	(1.047)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>8.992</b>	<b>(8.991)</b>	<b>(8.991)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Impostos Diferidos Ativos</b>						
Ajustamentos de transição para o SNC						
Subsidio	-	4.416	(4.417)	(4.417)	-	-
Custo amortizado	-	136	(137)	(137)	-	-
SWAP	14.212	43.194	-	-	(28.982)	(43.645)
<b>Subtotal</b>	<b>14.212</b>	<b>47.747</b>	<b>(4.553)</b>	<b>(4.553)</b>	<b>28.982</b>	<b>(43.645)</b>
			<b>(4.438)</b>	<b>(4.437)</b>		

2014 foi o último ano de reconhecimento de Impostos Diferidos pelos ajustamentos de transição do POC para o SNC.

### 13. Instrumentos Financeiros

As divulgações desta nota abrangem as seguintes rubricas do Balanço:

Instrumentos Financeiros Ativos		2014	2013
<b>Corrente</b>			
Clientes			
Valor Bruto		538.086	492.062
Imparidade		(91.844)	(71.213)
		<b>446.242</b>	<b>420.850</b>
Adiantamentos a Fornecedores			
Acionistas		917.500	1.017.500
Outras contas a receber		146.783	162.467
		<b>1.510.526</b>	<b>1.600.817</b>
<b>Instrumentos Financeiros Passivos</b>			
<b>Não corrente</b>			
Financiamentos obtidos			
Acionistas		3.954.550	4.141.977
Outras contas a pagar		492.500	492.500
		533.665	555.203
		<b>4.980.715</b>	<b>5.189.680</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores			
Financiamentos obtidos		1.409.694	1.606.685
Outras contas a pagar		83.416	-
		466.753	358.629
		<b>1.959.863</b>	<b>1.965.314</b>
		<b>6.940.578</b>	<b>7.154.994</b>

Instrumentos Financeiros Derivados	2014	2013
Outros passivos financeiros		
Swap	63.166	175.890
	<b>63.166</b>	<b>175.890</b>
Instrumentos Financeiros de Capital	2014	2013
Capital	50.000	50.000
Ações próprias	-	-
Outros instrumentos de capital		
Prestações suplementares	1.895.000	1.675.000
Prémios de emissão	-	-
	<b>1.945.000</b>	<b>1.725.000</b>

### 13.1 Clientes

O saldo de clientes c/c decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Total	Dívida não vencida	Dívida vencida				> 180 Dias
			< 60 Dias	61-90 Dias	91-120 Dias	121-180 Dias	
Ano 2014	538.086	344.688	59.170	4.304	2.469	3.367	124.088
Ano 2013	492.062	272.746	74.676	5.450	3.574	(1.485)	91.756

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Saldo Inicial	Reforço do Ano	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Exercício de 2014					
Clientes	71.213	20.631			91.844
	<b>71.213</b>	<b>20.631</b>	-	-	<b>91.844</b>
Exercício de 2013					
Clientes	25.990	45.223			71.213
	<b>25.990</b>	<b>45.223</b>	-	-	<b>71.213</b>

### 13.2 Outras Contas a Receber

O saldo de Outras Contas a Receber decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Outras contas a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Venda de Água	121.919	136.267
Saneamento	23.618	25.201
Juros	246	-
Devedores diversos	-	-
Cauções de		
Fornecedores	1.000	1.000
	<b>146.783</b>	<b>162.467</b>

### 13.3 Fornecedores

O saldo de Fornecedores decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Fornecedores		
Nacionais	1.271.350	1.322.696
Entidades relacionadas	138.344	211.923
	<b>1.409.694</b>	<b>1.534.618</b>

### 13.4 Outras Contas a Pagar

O saldo de Outras Contas a Pagar decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Outras contas a pagar - não corrente		
Outros credores		
Renda de concessão	533.665	555.203
	<b>533.665</b>	<b>555.203</b>
Outras contas a pagar - corrente		
Fornecedores de investimento	43.190	34.284
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	23.619	26.446
Juros	131.225	150.222
Fornecimentos e serviços por facturar	1.955	295
Diversos	12.173	82.347
Outros credores		
Taxa Municipal RSU	231.387	41.902
Renda de concessão	23.203	23.133
	<b>466.753</b>	<b>358.629</b>
	<b>1.000.418</b>	<b>913.832</b>

O saldo da rubrica 'Outros Credores – Renda de Concessão' é referente ao Direito de Concessão adquirido pela empresa, conforme respetivo Contrato de Concessão e tem como contrapartida a rubrica de Ativos Intangíveis – Direitos de Concessão.

### 13.5 Financiamentos Obtidos

A empresa tem em carteira os seguintes financiamentos obtidos:

	Taxa Juros Efetiva	Maturidade	2014	2013
Não correntes				
Empréstimos bancários				
CGDI	Euribor 6M	20-05-2009 a 24-08-2014	3.954.550	4.141.977
			<b>3.954.550</b>	<b>4.141.977</b>
Correntes				
Empréstimos bancários				
CGDI	Euribor 6M	20-05-2009 a 24-08-2014	83.416	-
			<b>83.416</b>	-

### 13.6 Acionistas

O saldo de Acionistas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Acionistas - Outras operações Ativas	917.500	1.017.500
Acionistas - Outras operações Passivas	(492.500)	(492.500)
	<b>425.000</b>	<b>525.000</b>

### 13.7 Outros Passivos Financeiros

O saldo de Outros Passivos Financeiros decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Derivados com cobertura eficaz		
“Swap” de taxa de juro variável	63.166	175.890
	<b>63.166</b>	<b>175.890</b>

No âmbito da gestão operacional da sua atividade, a Águas da Azambuja, S.A. contratou um financiamento a taxa de juro variável, com a Caixa Geral de Depósitos BI, e utiliza o contrato de permuta de taxa de juro para fazer a cobertura económica dos juros, a pagar até 24 de fevereiro de 2015. A empresa Águas da Azambuja, S.A. pretendeu assim cobrir o risco de taxa de juro decorrente da imprevisibilidade da evolução futura dos mercados financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014, a empresa apresenta um contrato de permuta de taxa de juro variável por taxa fixa com a CGD BI, como se segue:



O nominal do contrato de swap em 31 de dezembro de 2014 ascende a 4.251.484 euros (2013: 4.343.472 euros) e o correspondente justo valor (valor a pagar no caso de resolução do contrato de swap), àquela data, é de cerca de 63.166 euros (2013: 175.890 euros) a favor da entidade bancária. O justo valor do swap refletido na rubrica de Capital Próprio, líquido de Imposto Diferido é de 48.953 euros

As quantias resultantes da alteração de justo valor de instrumentos de cobertura que foram reconhecidas no capital próprio durante o período são as indicadas no quadro seguinte:

Ano de 2014	2013	Variação de justo valor	2014
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz "Swap's" de taxa de juro variável	175.890	(112.724)	63.166
Imposto Diferido	(43.193)	28.881	(14.312)
	<b>132.697</b>	<b>(83.844)</b>	<b>48.853</b>

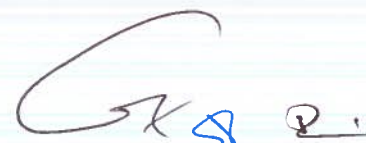
Ano de 2013	2012	Variação de justo valor	2013
Ajustamentos em Ativos e passivos financeiros			
Variação em Passivos			
Derivados com cobertura eficaz "Swap's" de taxa de juro variável	327.317	(151.427)	175.890
Imposto Diferido	(86.739)	43.646	(43.193)
	<b>240.578</b>	<b>(107.781)</b>	<b>132.697</b>

### 13.8 Capital

As quantias do capital social nominal e do capital social por realizar são as indicadas no quadro seguinte:

	2014	2013
Capital social nominal emitido	50.000	50.000
Capital social nominal emitido e realizado		
Aquapor - Serviços, S.A.	37.490	37.490
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	12.495	12.495
Luságua - Serviços Ambientais, S.A.	5	5
Luságua Alcanena - Gestão de Águas, S.A.	5	5
Pragosa Ambiente, S.A.	5	5
	<b>50.000</b>	<b>50.000</b>
Capital por realizar	-	-

O capital social emitido é composto por 10.000 ações com um valor nominal de 5 Euros cada.



### 13.9 Compromissos Financeiros não incluídos no Balanço

No quadro seguinte apresentam-se as garantias bancárias detidas pela empresa a 31 de dezembro de 2012:

Garantia	Banco	Valor	Referência	Entidade	Motivo
2.501.002.237.093	CGD	3.500	Galp Frota	Petrogal, S.A.	Consumo Combustíveis
2.501.002.590.693	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Abertura Vala EN1 do Km57+300 ao Km 57+445
2.501.002.609.093	CGD	5.000	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN3 do Km 4+500 ao Km 4+630D
2.501.002.608.293	CGD	14.100	Obras Via Pública	EP - Estradas de Portugal	Obra EN1 do Km 60+422 ao Km 60+737-D e E
508 660	Caixa BI	1.000.000	Concessão	Município da Azambuja	Contrato de Concessão

A empresa tem ainda subjacente ao seu Contrato de Financiamento em Projet, celebrado com a Caixa BI, uma garantia bancária no montante de 6.500.000 Euros.

Decorrente do contrato de concessão, existem compromissos financeiros assumidos e não incluídos no Balanço, relativos a Investimentos Futuros e previstos no Contrato de Concessão, que ascendem a cerca de 2.278.814 Euros.

### 13.10 Riscos relativos a instrumentos financeiros

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro virem a variar e de se virem a obter resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da Empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a Empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros susceptíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- Risco de mercado
  - Risco de taxa de juro
  - Risco de taxa de câmbio
  - Outros riscos de preço
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos - riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros – exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela Administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da Empresa.



Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e cash-flows sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos plurianuais.

Por regra, a Empresa não assume posições especulativas, pelo que geralmente as operações efetuadas no âmbito da gestão dos riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a Empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de liquidez, o risco de crédito e o uso de instrumentos financeiros derivados ou não derivados e o investimento do excesso de liquidez.

A gestão dos riscos financeiros - incluindo a sua identificação e avaliação - é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

#### Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a variar, devido a alterações nas taxas de juro de mercado, alterando o valor patrimonial da Empresa.

A exposição da Empresa ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de passivos financeiros contratados a taxa variável.

A Empresa enfrenta um risco de variação do "justo valor" desses passivos, na medida em que qualquer alteração das taxas de mercado envolve um custo de oportunidade (positivo ou negativo). Tal alteração tem um impacto direto no valor dos juros pagos, provocando consequentemente variações de caixa.

A Empresa tem contratado um contrato de Swap por forma a mitigar o risco de taxa de juro.

A evolução nas taxas de juro foi a seguinte:

<b>Evolução das taxas do mercado monetário na zona Euro</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Euribor 12M	0,325%	0,556%
Euribor 6M	0,171%	0,389%
Euribor 3M	0,078%	0,287%

Fonte: Banco BPI

De forma a gerir o risco de taxa de juro, a Empresa procura manter uma carteira variada de empréstimos concedidos e obtidos de taxa de juro fixa e de taxa variável. A contratação efetiva é a indicada no quadro seguinte:

	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Taxa variável	0,29%	0,34%
Taxa fixa	3,21%	3,21%



### Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa de câmbio é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa de um instrumento financeiro virem a variar em resultados de alterações nas taxas de câmbio.

A Empresa não se encontra exposta ao risco de taxa de câmbio.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro originando uma perda.

A Empresa encontra-se sujeita a risco no crédito que concerne à atividade operacional – clientes, fornecedores e outras contas a receber e a pagar.

Devido ao facto de os clientes da Águas da Azambuja serem consumidores finais de água potável, as suas dívidas e subsequente crédito estão seguros pela questão dos cortes de fornecimento. Os montantes individuais são reduzidos.

## 14. Gastos com Pessoal

O detalhe dos Gastos com o Pessoal é o indicado no quadro seguinte:

	2014	2013
Remunerações do Pessoal	151.555	164.746
Indemnizações	200	1.489
Encargos sobre Remunerações	32.312	35.101
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	901	2.073
Gastos de ação social	5.712	6.122
Outros gastos com o Pessoal	1.741	1.326
	<b>192.421</b>	<b>210.857</b>

O número médio de pessoal ao serviço da empresa em 2014 foi de 10 (2013: 11 pessoas).

## 15. Outras Informações

### 15.1 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Saldo a Receber		
Pagamento Especial por Conta	18.871	15.435
Retenções Imposto sobre Rendimento	396	-
IVA	5.920	45.344
Imposto do Exercício	(3.362)	-
	<b>21.825</b>	<b>60.779</b>
Saldo a Pagar		
Retenções Imposto sobre Rendimento	2.022	1.843
Contribuição para a Segurança Social	3.508	3.671
	<b>5.530</b>	<b>5.514</b>



## 15.2 Diferimentos

Os gastos a reconhecer discriminam-se como segue:

	2014	2013
Gastos a reconhecer		
Seguros	-	41
Rendas	1.928	1.928
Encargos Bancários	31.416	58.541
Outros	6.293	-
	<b>39.637</b>	<b>60.510</b>

## 15.3 Reservas e Resultados

A Rubrica de Reservas e Resultados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Período	TOTAL
Saldo em 1 de Janeiro de 2013	(513.990)	(484.634)	(998.624)
	(513.990)	(484.634)	(998.624)
Remanescente da aplicação de Resultados	(484.633)	484.634	1
Resultado do ano	-	(565.739)	(565.739)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2013</b>	<b>(998.622)</b>	<b>(565.739)</b>	<b>(1.564.361)</b>
Saldo em 1 de Janeiro de 2014	(998.622)	(565.739)	(1.564.361)
Constituição da Reserva legal	-	-	-
Dividendos	-	-	-
Remanescente da aplicação de Resultados	(565.739)	565.739	-
Ganhos líquidos em coberturas	-	-	-
Resultado do ano	-	(257.365)	(257.365)
Outros	-	-	-
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>(1.564.361)</b>	<b>(257.365)</b>	<b>(1.821.726)</b>

X

## 15.4 Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Subcontratos	148.841	149.010
Serviços Especializados		
Trabalhos especializados	953.627	714.636
Publicidade e propaganda	5.690	-
Vigilância e segurança	1.122	1.391
Honorários	2.788	2.600
Comissões	905	1.200
Conservação e reparação	18.203	16.275
Outros Serviços Especializados	918	878
Materiais		
Ferramentas e utensílios	1.041	364
Livros e documentação técnica	20	20
Material de escritório	2.235	2.561
Energia e Fluidos		
Eletricidade	22.270	21.673
Combustíveis	14.318	15.235
AGUA	1.400	-
Outros Fluidos	446	388
Deslocações, estadas e transportes		
Deslocações e estadas	1.678	1.330
Transportes de Mercadorias	10	-
Serviços Diversos		
Rendas e alugueres	46.346	55.083
Comunicação	61.386	57.866
Seguros	11.409	10.326
Contencioso e notariado	2.319	6.225
Despesas de representação	118	109
Limpeza, higiene e conforto	4.449	4.352
Outros	23.952	33.919
	<b>1.325.489</b>	<b>1.095.438</b>

## 15.5 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica Outros Rendimentos e Ganhos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Rendimentos Suplementares		
TRH	21.350	22.791
Outros	7.597	4.110
Ganhos em Inventários		
Imputação de Subsídios para Investimentos	-	8.302
Outros não especificados	8.766	10.270
	<b>37.713</b>	<b>47.578</b>

### 15.6 Outros Gastos e Perdas

A rubrica Outros Gastos e Perdas decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Impostos	46.901	50.334
Perdas em Inventários	504	10.305
Outros Não Especificados	-	202
	<b>47.405</b>	<b>60.842</b>

### 15.7 Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização

A rubrica Gastos / Reversões de Depreciações e Amortização decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Gastos de depreciação e de amortização		
Ativos Fixos Tangíveis	11.804	12.009
Ativos Intangíveis	113.114	114.173
	<b>124.918</b>	<b>126.182</b>

### 15.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica Juros e Rendimentos Similares Obtidos decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Juros Obtidos		
De Depósitos Bancários	1.829	-
Atraso de pagamento de clientes	3.541	2.595
	<b>5.370</b>	<b>2.595</b>

### 15.9 Juros e Gastos Similares Suportados

A rubrica Juros e Gastos Similares Suportados decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Juros Suportados		
Empréstimos Bancários	218.610	196.243
Empresas de grupo	14.289	14.212
Mora e Compensatórios	60.143	33.820
Outros Gastos e Perdas de Financiamento		
Comissões bancárias sobre empréstimos / financiamento	48.986	111.832
Serviços Bancários	367	10.428
Comissões Garantias	9.364	9.452
IPC Renda Concedente	1.735	11.214
Outros	7.835	53.715
	<b>361.329</b>	<b>440.916</b>



### 15.10 Trabalhos para a Própria Empresa

A rubrica Trabalhos para a Própria Empresa decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

	2014	2013
Trabalhos para a Própria Empresa		
Ativos Intangíveis	49.120	37.911
	49.120	37.911

### 16. Aspetos Ambientais

Em 2014 a sociedade não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, excetuando aqueles que se relacionam diretamente com o objeto da sua atividade.

Em 2014 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a sociedade.

### 17. Acontecimentos após a data do Balanço

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão é 27 de março de 2015.

Estas Demonstrações Financeiras foram autorizadas para emissão pelo conselho de Administração.

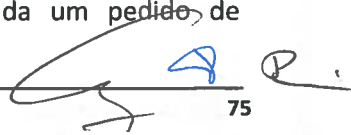
Após encerramento das contas da empresa há a registar o facto do nosso fornecedor Águas do Oeste, SA ter interposto à Empresa na data de 24/02/2014, uma Ação Administrativa Comum no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no valor de 601.538 Euros motivado pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2011.

Já em 01/02/2013 o nosso fornecedor Águas do Oeste, SA levantou um processo de injunção contra a Águas da Azambuja, SA no valor de 730.148 Euros motivado pelo não pagamento do diferencial entre os caudais mínimos garantidos no serviço de abastecimento de água e os caudais reais efetivamente consumidos no ano de 2010.

A Águas da Azambuja está na presente data a preparar uma contestação aos valores reclamados, alegando a ilegalidade na aplicação dos mínimos no Contrato de Concessão.

Também no decorrer de 2013 a Águas da Azambuja, SA apresentou oposição fundamentada no facto de a Águas do Oeste, SA não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja. Sobre este processo a Águas da Azambuja, SA apresentou ainda um pedido de reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

Em ambos os processos a Águas da Azambuja, SA apresentou oposição fundamentada no facto de a Águas do Oeste, SA não ter concluído nessa data a sua infraestrutura de abastecimento de água no Município de Azambuja, o impede nos termos da legislação em vigor a aplicação dos caudais mínimos garantidos. Sobre estes processos a Águas da Azambuja, SA apresentou ainda um pedido de



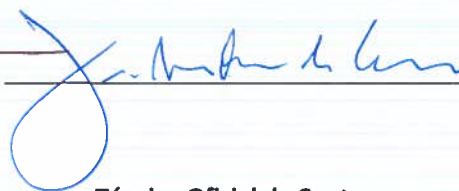
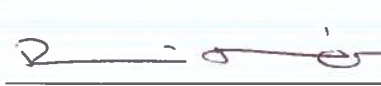
reconvenção no valor de 904.431 Euros por perda de faturação motivada por atraso na conclusão das obras do Plano de Investimentos da Águas do Oeste no Município de Azambuja.

## 18. Divulgações exigidas por Diplomas Legais

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66.º, 324.º, 397.º, 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- a) Em obediência ao disposto no n.º2 do artigo 324.º do CSC informa-se que a empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza;
- b) Em obediência ao disposto no n.º4 do artigo 397.º do CSC informa-se que, no decorrer de 2014, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e membros dos seus órgãos sociais;
- c) Na Nota 1 deste relatório, é apresentada a estrutura acionista completa da Empresa. Desta forma obedece-se ao disposto nos artigos 447º e 448º do CSC;
- d) Em obediência ao disposto no artigo 21.º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2014, da retenção na fonte dos descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2015, nos prazos legais.

Conselho de Administração



Técnico Oficial de Contas





